



CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM
ATA da 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA, realizada em 03 de junho de 2005

1 Aos três dias do mês de junho de dois mil e cinco, reuniu-se o Conselho Estadual de
2 Política Ambiental – COPAM, na Associação Comercial, em Aimorés, situada na
3 Avenida Raul Soares, nº 60 – Centro. Participaram os seguintes conselheiros titulares e
4 suplentes: Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio
5 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Rogério Noce Rocha, Walter Luiz Bianor
6 Alencar, Tiago Teixeira Dornas, João Alves Filho, Leonardo Castro Maia, Major
7 Március Túlio Amaral Pereira, José Joaquim de Castro Freitas Pereira, Gustavo de
8 Paula de Souza, Riler Tadim dos Santos, Nilton Freire Sampaio, Lupércio Syvestheer
9 Bruno José Tavares de Castro, Marco Antônio Astolfi Diniz Rodrigues, Afonso Luiz
10 Bretas, Raimundo Rodrigues Pereira, Afonso Aparecido dos Santos, Isaques Luzia
11 Neves, Franklin Otávio Coelho Mendonça, Waleska Bretas Armond Mendes, Alba
12 Valéria da Silva e Elaine Maria de Oliveira – Pro-Rio Doce. A reunião foi iniciada pelo
13 Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente e
14 Desenvolvimento Sustentável, Rogério Noce Rocha – Presidente em Exercício. **Rogério**
15 **Noce Rocha - Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio**
16 **Ambiente e Desenvolvimento Sustentável** - Boa tarde, senhoras e senhores, meu nome
17 é Rogério Noce Rocha, eu sou o Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de
18 Estado Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável, estou nessa reunião, presidindo-a
19 em função diretamente de um disposto existente na Legislação, por força de uma
20 Deliberação Normativa que estabelece que na ausência do presidente, Dr. Shelly de
21 Souza Carneiro, que não pode estar presente, em função de compromisso em Belo
22 Horizonte e por ser hoje o dia da Indústria, e de uma série de outras entidades, no qual
23 estará presente o senhor Governador do Estado, e também o Dr. Paulo Teodoro pelo
24 mesmo motivo, como diretor geral do Igam, né, então é a mim investido, na qualidade
25 de segundo suplente, né, que é uma presidência itinerante que é de responsabilidade do
26 superintendente de política ambiental em todas as reuniões de todos os regionais, nas
27 sete regionais existentes no Estado de Minas Gerais, eu felicito e fico satisfeito com a
28 presença dos senhores, peço desculpas pelo atraso, houve por parte da, da, própria
29 organização e da própria composição dos conselheiros, uma visita técnica hoje, a Usina
30 Hidrelétrica de Aimorés, em fase final de construção e entrada de pré-operação, foi uma
31 viagem, foi uma visita muito gratificante, apenas que o tempo não ajudou em relação a,
32 algumas definições de deslocamentos e visitas, né, que impediu alguns passos da visita,
33 né, mais nada impeditivo de que não pudesse tomar conhecimento dessa, dessa obra
34 realizada na região, de profundo impacto na região, e mostrando aos conselheiros qual é
35 a forma usual, né, de atuação desse conselho, bom, como primeiro ponto de pauta,
36 antes que adentremos em reunião, né, como primeiro ponto nós vamos ouvir o Hino
37 Nacional Brasileiro. **ITEM 1 - Hino Nacional Brasileiro. ITEM 2 - Abertura pelo**
38 **Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente**
39 **Desenvolvimento Sustentável, Dr. Rogério Noce Rocha** - Vou dar início a nossas, é, a
40 nossa reunião, reunião, a abertura pelo nosso secretário, eu vou passar a palavra ao
41 prefeito Milton, ta certo, pra que, externando desde já o agradecimento da Secretaria de
42 Estado Meio ambiente, né, pela oportunidade de estarmos aqui na cidade de Aimorés,
43 né, e o prazer de estarmos aqui numa fronteira de Estado, numa bacia tão importante
44 como é a Bacia do Rio Doce, né, e nesse sentido então eu passo a palavra para o prefeito
45 Milton. **Milton – Prefeito de Aimorés** - Estou muito alegre, aimorés, o prefeito e a sua



46 comunidade, por estarmos recebendo aqui essa reunião do copam, e espero que vocês
47 tenham agradado das nossas atenções, e que tenhamos uma reunião, que resolva os
48 problemas de quem, é nós estamos vendo muita gente aí, né, que tão com uma
49 esperança que sua, que seus pedidos, sejam aprovados, inclusive, nós temos também um
50 pedido de Aimorés e esperamos, que vocês depois ao retornar as suas casas, sejam,
51 sejam lá sem problema nenhum, é o que eu desejo e dizer mais uma vez da alegria, de
52 podermos ta, estarmos realizando aqui essa reunião. **Rogério Noce Rocha -**
53 **Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente**
54 **Desenvolvimento Sustentável** - Brigado Milton, eu gostaria que, como é meu feitio em
55 relação a reunião, eu acho que é um pacto, que nós tamos numa reunião de trabalho,
56 numa reunião que tende a ser proveitosa, no contexto da reunião, nós temos 16
57 processos em julgamento, sendo 11 no sistema de, que vai ser atuante, que é o item 09,
58 são 11 processos de licença de operação corretiva, ad referendum para ser votado, e
59 outros 05 destacados, em função disso e também de duas apresentação que vão ser
60 feitas, na parte final, né, eu vou submeter e pedir aos conselheiros de uma certa maneira
61 que nós tenhamos condução de no mínimo de acordo com os padrões dentro do copam,
62 né, que possamos realizar a reunião, a contento, e proveito máximo para que todos os
63 presentes, não só dos conselheiros, como também dos órgãos do SISEMA, pela
64 presença dos nossos representantes aqui da área da unidade regional colegiada de apoio,
65 dos nossos técnicos e também pelo público em geral, devo dizer que também já se
66 encontram na presença, na mesa a lista de presença que foram assinados pelos presentes
67 que se inscreveram para manifestação, é, após as discussões e dentro das dos assuntos
68 gerais pelos conselheiros, gostaria de fazer alguns pontos, algumas observações, a
69 primeira observação é que a Unidade Regional Colegiada do Leste Mineiro, já se
70 encontra operacional, já está recebendo todos os processos em Governador Valadares,
71 ou seja, nenhum dos senhores, nenhum das presenças aqui da região que agora já tem
72 adensado a ela toda a estrutura de municípios que estavam, que estão na região da
73 Município da Bacia do Rio Manhuaçu, são 15 municípios que vieram a integrar essa
74 situação, oportunamente eu, o próprio regional estará distribuindo, a, a nova, o novo
75 mapeamento que adensa a participação de municípios na região leste mineiro, dando pra
76 ela exatamente mais autonomia, mas também dando mais encargos, principalmente,
77 numa bacia tão importante que é a do Rio Manhuaçu, e isso é muito importante porque
78 com a abertura dos processos, com a abertura do sistema aqui do Siam na região, a
79 gente, no mínimo, minimizará demais, é, o trabalho, para que os senhores, né, no caso
80 tem aquele deslocamento até Belo Horizonte, continuaremos trabalhando proficuamente
81 em relação aos trabalhos de execução, a partir desse núcleo de abertura, estaremos
82 cobrando da regional, os trabalhos mais céleres no procedimento de análise, e
83 aprovação, por solicitação até do próprio secretário, Dr. José Carlos Carvalho e o
84 secretário Dr. Shelly de Souza Carneiro, dando prazo exatamente de análise expedida,
85 pra que a gente possa mostrar que os nossos processos do interior que dão entrada, que
86 passam a dar entrada agora por parte da regional aqui em Governador Valadares, a sede
87 física em Governador Valadares, nós possamos ter um tratamento célere, dos processos
88 que são aqui colocados e julgados, e demonstrando isso para que a gente possa sanear
89 num curto prazo de tempo, todos os processos que também ainda estão em Belo
90 Horizonte, da chamada hoje ainda classe 03 e 04 né, e também pra aqueles classe 05 e
91 06 que estão e vão ser, continuar existente em Belo Horizonte. Um outro ponto
92 importante são, é, é, uma situação de que nós tivemos nessa quarta-feira última uma
93 reunião do Conselho de Política Ambiental e nessa, haverão a partir de agora com a



94 presença inclusive dos representantes aqui da regional, que é o Dr. João do Ibama, que
95 esteve presente a reunião, nós teremos reuniões em princípio bimestralmente, mas a
96 partir de então mensalmente, e que é uma reunião de bastante importância no contexto
97 do Copam, porque vai ser uma câmara filtro de definições claras com relação a
98 trabalhos na região e é muito importante que eu falo isso, fale isso, pelo seguinte: hoje
99 na palestra, hoje, no final, na, na apresentação, tiveram uma apresentação aqui por parte
100 da Doutora Idarci, nossa Diretora de Educação Ambiental e Extensão Ambiental que
101 fará a apresentação pros senhores, do, do trabalho que está sendo desenvolvido no
102 âmbito do Copam, para o, a inserção da Educação Ambiental como uma das
103 condicionantes, uma das condicionantes efetivas de a, para o processo de licenciamento
104 ambiental, será feito uma apresentação e eu gostaria de ter essa participação dos
105 senhores, desliga aqui. E também terá, teremos apresentação de que nós, no âmbito do
106 julgamento, no âmbito do julgamento do, da parte da CPA, está em curso também a
107 revisão de uma ADN, da DN é, 29, ou seja, nós tamo reformulando a DN 29 que a
108 reunião, a, a estrutura regulamentadora de transferência aos municípios dos processos
109 licenciadores que tem o Estado, hoje em dia é a DN 29 que está se imperando, mas com
110 a modificação produzida pela Deliberação Normativa 74/04, modificando o contexto da
111 01/90 que se torna imperioso até porque essa discussão no plano da, autonomia
112 municipais no sentido de liberar os aspectos de licenciamento auto, de competência do
113 Estado, serão feitas em grau de que envolve uma modificação circunstancial que é
114 aquela de introdução de, da reformulação da classes 01 e 02 em termo de autorização
115 ambiental de funcionamento, e é ai que reside exatamente as modificações mais
116 sintomáticas no quadro de capacitação dos municípios para o trabalho envolvendo essa
117 adaptação, e será feito também uma apresentação, de que, como é feito? Não foi apenas
118 distribuído essa matéria, mas nós queremos, isso foi uma falha, porque eu gostaria que
119 tivesse distribuído antes isso, mas, a partir da apresentação e em seguida a apresentação
120 nós faremos a distribuição desse material, esse material poderá ser feito a luz da
121 apresentação e de sugestões que os senhores conselheiros gostariam de colocar, podem
122 ser feito e dirigida a regional através do próprio Dr. Alexandre e através do nosso
123 consultora jurídico Luciana, pra que isso possa ser levado e adaptado dentro do trabalho
124 que tão sendo feito nas câmaras especializadas em Belo Horizonte e nas outras unidades
125 regionais colegionadas. Com isso então, em princípio eu gostaria de encerrar minha fala
126 aqui, pelo, pelo volume de trabalho que nós temos pela frente e pela situação da pauta,
127 que nós temos ainda, a, encejando, a encejar esse trabalho e também porque é muito
128 importante que a gente tenha uma conclusão, né, porque são 16 processos e mais 02
129 apresentações, eu passo em seguida então, ao comunicado aos conselheiros, abrindo a
130 palavra aos conselheiros que gostariam de fazer uso da palavra, no sentido de divulgar,
131 divulgar, ações de cunho local ou de região na qual a representação desse conselho, do
132 conselheiro dentro do Copam, aberta as reunião, aberta a palavra para os conselheiros,
133 pois não? **ITEM 3 - Comunicado dos Conselheiros. José Joaquim de Castro Freitas**
134 **Pereira – Prefeito de São Domingos do Prata** - Muito boa tarde, senhoras e senhores,
135 Sr. Presidente, eu me ausentei da última reunião, eu só quero lembrar aos demais
136 conselheiros e as pessoas aqui presentes meu nome é Joaquim de Castro Pereira, eu sou
137 prefeito de São Domingos do Prata , e sou membro titular, sou membro suplente, da
138 micro região dos Vale do Aço, Vertente Ocidental e Caparó, eu quero convidá-los a
139 estar conosco na próxima reunião do copam que será na cidade de São Domingos do
140 Prata, se Deus quiser, que seria essa reunião de hoje, né, e também faremos, né
141 Alexandre, uma visita a nossa Usina de Reciclagem de Lixo e compostagem, e eu quero



142 aproveitar aqui e deixar o meu abraço ao prefeito Milton, companheiro que ta aqui, já
143 tive a felicidade de participar com ele noutras reuniões, e, esse era o meu recado e eu
144 apenas para justificar a minha ausência em relação a última reunião e convidá-los para
145 estar conosco lá em São Domingos. **Rogério Noce Rocha - Superintendente de**
146 **Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento**
147 **Sustentável** - Continua aberta a palavra. **Leonardo Castro Maia – Procuradoria**
148 **Geral de Justiça (PGJ)** – é, eu só informar aos conselheiros sobre a reunião que
149 aconteceu na data de anteontem do grupo especial de promotores do Rio Doce, e sobre a
150 publicação na Internet da página do grupo, é o endereço da procuradoria é
151 www.mp.mg.gov.br/gerd, que é grupo especial do rio doce, então nessa página fala
152 sobre o grupo, explica, permite que seja noticiado fato relativo ao meio ambiente, né,
153 reclamação, é, é encaminhada a qualquer promotor público do rio doce, basta preencher
154 o formulário, e o, a reclamação vai ser encaminhada ao promotor daquela comarca, né,
155 então o gerd, só esse aviso, obrigado. **Waleska Bretas Armond Mendes –**
156 **Universidade do Vale do Rio Doce (Univale)** - é, venho convidar a todos os
157 conselheiros, e a assembléia aqui presente, que vai ter um evento na Univale que é o 2º
158 Simpósio, o 3º Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica em setembro e a gente ta
159 convidando, pra vocês, vão receber um foldenzinho, a apresentar projetos,
160 apresentações que as instituições da região estão desenvolvendo, o fodem tem todas as
161 explicações e o tema gerador vai ser: água gestão para desenvolvimento regional, então
162 todas as ações feita visando a este objetivo vão estar sendo discutidas nesse evento que
163 vai ocorrer em setembro, a gente só tá avisando com antecedência pro cês se
164 organizarem, ta, obrigado. **João Alves Filho – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente**
165 **e Recursos Renováveis (IBAMA)** - Senhor, seu presidente! O senhor, só um aviso ai
166 pros senhores conselheiros, é, ta na pasta daquele pedido que nós fizemos na reunião
167 passada pra ta, pra ta encaminhando pra todos os conselheiros o, o Termo de referencia
168 pra Educação Ambiental, que era pra ta, estar hoje ai. **Rogério Noce Rocha -**
169 **Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente**
170 **Desenvolvimento Sustentável** - Ta em pauta, é a apresentação da professora Idarci
171 hoje. **João Alves Filho – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos**
172 **Renováveis (IBAMA)** - Há, vai ta, então tá. **Rogério Noce Rocha - Superintendente**
173 **de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento**
174 **Sustentável** - É, e, e, a mesa já está afixado essa informação, vai ter uma apresentação,
175 João, ao vivo. **João Alves Filho – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos**
176 **Renováveis (IBAMA)** – e nós estamos querendo sugestões, e com o conhecimento do
177 prefeito nisso ai pra gente, é um tema super interessante. **Rogério Noce Rocha -**
178 **Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente**
179 **Desenvolvimento Sustentável** - Continua aberta, ta sem som, usa o outro. **Walter Luiz**
180 **Bianor Alencar – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de**
181 **Minas Gerais (EMATER)** – Senhor presidente, rápido, é questão de ordem aqui, é,
182 um destaque local, um convite, queria se destacar o seguinte: é, o município de, de
183 Aimorés, é o maior produtor de arroz do leste mineiro, quisá de Minas Gerais, aqui
184 existe uma, uma condição excepcional de produção de arroz irrigado, é o único
185 município que consegue produzir arroz duas vezes ao ano, com altas produtividade, e
186 nessa semana, no dia 09 do 06, nós estaremos realizando, a Emater, juntamente com o, a
187 prefeitura, é, a EPAMIG, e com a participação especial aqui dos colegas da Univale lá
188 de Governador Valadares e outras empresas, de, de insumos, estaremos realizando um
189 dia de campo sobre arroz irrigado na propriedade do senhor Agripino, lá na Penha do



190 Capim, a partir das 14 horas, então, estão todos convidados a participar do evento. E
191 queremos destacar também, é sobre uma cartilha, sobre um programa, da COPASA que
192 ta, vem sendo desenvolvido, aliás já começou a ser desenvolvido, que é um programa
193 de, é, de proteção de mananciais, é que ta aberta a população, são um programa, um
194 programa de mananciais onde envolve a participação de várias entidade é, públicas,
195 privadas, ONGs, o intuito, o objetivo na verdade de fazer a proteção das nascentes, e
196 fazer o monitoramento da quantidade, da qualidade da água, é um programa proposto
197 aqui pela COPASA, o qual a EMATER ta fazendo parte dele, desse programa aqui no
198 Estado de Minas Gerais, ok, era só esse destaque, obrigado. **Rogério Noce Rocha -**
199 **Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente**
200 **Desenvolvimento Sustentável** - Continua aberta, bom, não havendo então,
201 manifestação, vão passar o 3º ponto da pauta, ao 4º ponto da pauta melhor dizendo, que
202 é o julgamento da ata 7ª reunião ordinária. **ITEM 4 - Exame da ata da 7ª reunião**
203 **ordinária. Rogério Noce Rocha - Superintendente de Política Ambiental da**
204 **Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável** - eu coloco em
205 julgamento, né, esta ata, para que os presentes faça manifestação se for o caso. **Franklin**
206 **Otávio Coelho Mendonça – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e**
207 **Ambiental (ABES) – destaque, destaque pra linha 08, em razão da ausência dos**
208 **conselheiros eu peço que o termo seja substituído por em razão da falta de córum.**
209 **Rogério Noce Rocha - Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de**
210 **Estado Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável – ok. Franklin Otávio Coelho**
211 **Mendonça – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) –**
212 **e mais, isso aqui é só correção, erro de digitação, linha 166. Rogério Noce Rocha -**
213 **Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente**
214 **Desenvolvimento Sustentável** - ele ta anotando, pode falar Franklim. **Franklin Otávio**
215 **Coelho Mendonça – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental**
216 **(ABES) – ete, no lugar de eti. Rogério Noce Rocha - Superintendente de Política**
217 **Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável –**
218 **obrigado Franklim, mais alguém? Bom, com as correções, que o Franklim, que o**
219 **conselheiro Franklim, introduziu e declarou e já foram anotadas para revisão eu coloco**
220 **em, em julgamento para aprovação a ata da 7ª reunião ordinária. Joaquim, abstenção por**
221 **ausência de não ter recebido a ata, ta registrado, coloco em votação, APROVADO com**
222 **uma abstenção do conselheiro Joaquim, prefeito de São Luiz do Prata.** Vou passar em
223 seguida para o ponto 05 da pauta, o ponto 05 da pauta – **ITEM 5 - Processos**
224 **Administrativos para Exame de Licença Prévia “ad referendum”.** Para referendar,
225 né, uma licença de instalação, uma licença de, prévia. **ITEM 5.1 – Mineração Itueta**
226 **Ltda. – Lavra a céu aberto – extração de granito – Itueta/MG – PA COPAM Nº**
227 **00738/2004/001/2004 – DNPM Nº 896.540/2003– Apresentação: NARC Leste**
228 **Mineiro.** Coloco em análise esse processo por parte dos conselheiros que gostariam de
229 se manifestar, é solicitando que, solicitando que, existe a presença da mineração Itueta
230 no município, consultor? Ok, em discussão, 1, 2, 3, ok. Em julgamento mo processo da
231 Mineração Itueta, o, gostaria de que, houvesse né, no sentido de aprovação, houvesse
232 manifestação, que declarasse voto contrário, **APROVADO.** Passamos ao ponto 06 que
233 é um – **ITEM 6- Processos Administrativos para Exame de Licença Prévia e**
234 **Licença de Instalação “ad referendum”: ITEM 6.1 – Auto Posto Victória Ltda. -**
235 **Comércio varejista de combustíveis automotivos derivados de petróleo e álcool –**
236 **Aímorés/MG – PA COPAM Nº 01175/2004/001/2004 – Apresentação: FEAM/**
237 **NARC Leste Mineiro.** Coloco em análise o processo, pedindo, é, que a presença do



238 empreendedor no recinto? Ok, presente, já anotado, em análise, 1, 2, 3, ok, vou colocar
239 em julgamento, o item número **ITEM 6.1 – Auto Posto Victória Ltda. - Comércio**
240 **varejista de combustíveis automotivos derivados de petróleo e álcool –**
241 **Aimorés/MG – PA COPAM Nº 01175/2004/001/2004 – Apresentação: FEAM/**
242 **NARC Leste Mineiro**, os conselheiros que gostaram de manifestar, posição contrário,
243 se manifestem, aqueles que aprovam, continuam como estão, **APROVADO. ITEM 7 -**
244 **Processos Administrativos para Exame de Licença de Instalação. Esse não é ad**
245 **referendum, são dois: ITEM 7.1 - Prefeitura Municipal de Galiléia - Canalização**
246 **do Córrego São Tomé – Galiléia/MG – PA COPAM Nº 01311/2002/003/2004 -**
247 **Vistas: Conselheiro – João Alves Filho – IBAMA. O outro processo é ITEM 7.2 -**
248 **Prefeitura Municipal de Aimorés – Usina de Triagem e Compostagem e Aterro**
249 **Sanitário – Aimorés/MG – PA COPAM Nº 00253/1999/001/1999 – Processo em**
250 **diligência - Apresentação: FEAM / NARC Leste Mineiro. Sobre o ponto número 7.2**
251 **a presidência avocando a ela um direito, ta certo, novamente retira de pauta, a baixa em**
252 **diligência esse mesmo processo 7.2 em função dos aspectos pertinentes de que há**
253 **solicitação do secretário e a orientação dada pela Secretaria do Estado e Meio**
254 **Ambiente, em função dos aspectos envolvendo esse processo em si e das ações da**
255 **situação de que o processo ainda precisa de maiores, maior análise criteriosa em relação**
256 **ao processo envolvendo exatamente, não somente as autoridades do Estado de Minas**
257 **Gerais, própria Legislação Estadual, mas e principalmente, tendo em vista que se**
258 **encontra no bojo dos trabalhos da própria Usina Hidrelétrica de Aimorés, e por acordo**
259 **com o próprio secretário, Ibama, nos ajustes dos termos do convênio, né, e do acordo**
260 **operacional que nós temos com o Ibama, então nós tamo retirando de pauta, ta certo?**
261 **Pra baixar em nova diligencia, e, esse processo 7.2. Assim sendo, eu coloco então para o**
262 **conselheiro João Alves, as vistas necessárias ao processo da prefeitura municipal de**
263 **Galiléia, com a palavra o conselheiro. João Alves Filho – Instituto Brasileiro de Meio**
264 **Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) - Senhor Presidente, senhores**
265 **conselheiros, esse processo, nós pedimos vista, a pedido da, da prefeitura municipal,**
266 **de, Galiléia, e assim que nós pegamos, mesmo, ele nos procurou e pedindo que**
267 **realmente fosse, deixasse correr o processo e fosse arquivado, indeferido, pra que eles**
268 **entrassem com outro processo, de outra forma, de uma maneira mais correta já iniciada,**
269 **portanto eu acho que esse processo deve ser retirado da pauta e deixar, ou votar sem**
270 **discussão, nosso parecer é favorável ao, ao pedido da prefeitura. Rogério Noce Rocha -**
271 **Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente**
272 **Desenvolvimento Sustentável – É, o julgamento que nós tamo dando vistas é o do**
273 **Galiléia, é o Galiléia que você ta falando? Galiléia, ok. Não, nós tamo em julgamento o**
274 **processo 7.2, argumentação, esse é o de Galiléia? Luciana Haueisen– Jurídico**
275 **(NARC/ Leste Mineiro) – é, após o João devolver o processo, essa semana, é, na data**
276 **de 1º de junho nós recebemos um fax da prefeitura de Galiléia, no seguinte teor: ofício**
277 **número 27/05 – gabinete do prefeito municipal – GM – processo copam PA nº**
278 **1311/2002/03/2004, referencia – encaminhamento de informações complementares –**
279 **Galiléia, 30 de maio de 2005, prezado senhor, venho através deste relatar que estamos**
280 **de acordo com o parecer técnico referente ao indeferimento do processo nº**
281 **1311/2002/003/2004, do pedido de licença de instalação para canalização do Córrego**
282 **São Tomé, requerida pela referida prefeitura, informamos que consta um novo pedido**
283 **de licenciamento do referido projeto, como consta no registro geral 062/704/2005-**
284 **SEMAD, atenciosamente Gilberto de Souza Mello, prefeito municipal, Ilustríssimo**
285 **senhor José Carlos Carvalho, secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento**



286 Sustentável – Presidente do Conselho Estadual de Política Ambiental – Belo Horizonte
287 Minas Gerais. **Rogério Noce Rocha - Superintendente de Política Ambiental da**
288 **Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável** – Ok, justificada
289 então, a própria situação do parecer do conselheiro, né, e da própria prefeitura que se
290 manifestou a favor do, da situação de julgamento desse processo, da forma como ta
291 colocado, nos pareceres técnico e jurídico, tendo em vista que já, já ta, entrando
292 conosco, novo processo para regularização dessa situação, então a conclusão é óbvia
293 que nós temos, como se diz, fechar o processo, em função da, do que foi colocado no
294 parecer técnico e do próprio parecer jurídico, nesse sentido ainda conclamo, existe
295 alguém que gostaria de se manifestar sobre este processo? Ok, então vou colocar em
296 julgamento, na forma dos pareceres técnico e jurídico, da prefeitura, o processo de
297 licença e instalação da prefeitura municipal de Galiléia, e a canalização do córrego de
298 São Tomé, em Galiléia, né, o processo nº 1311/2002/003/2004, para indeferimento do
299 processo e logicamente a volta do processo em outro nível para apresentação e na
300 caracterização mais direta, porque a volta desse processo se dará no âmbito do, da
301 regionalização, da situação de apresentação isso em em Governador Valadares e
302 gostaríamos que inclusive corresse celeremente no sentido de demonstrar exatamente a
303 eficiência desse conselho por parte dos próprios técnicos que estão aqui analisando e
304 vão analisar esse processo que será recepcionado por eles, então eu coloco em
305 julgamento, ta certo? Para que os conselheiros aprovem os pareceres técnicos e jurídico
306 ou se manifestem caso contrário. **APROVADO**. Vou passar agora ao ponto 08 da pauta
307 – **ITEM 8 - Processos Administrativos para Exame de Licença de Operação “ad**
308 **referendum”**: **8.1 – Pedreira Marinho Ltda. - Lavra a céu aberto – extração de**
309 **gnaisse - São João do Manteninha/MG – PA COPAM Nº 01684/2002/003/2004 –**
310 **DNPM Nº 832.071/2002– Apresentação: NARC Leste Mineiro**. Eu coloco em julga,
311 em análise esse processo, perguntando se existe, por parte do empreendedor Pedreira
312 Marinho, se ele se encontra presente? Ok, encontra-se presente. Em análise o processo
313 pelos conselheiro, conselheiro Leonardo, pois não. **Waleska Bretas Armond Mendes –**
314 **Universidade do Vale do Rio Doce (Univale) -** é, na página 03 desse processo, no
315 segundo parágrafo, fala da, do devido a ação da chuva, necessidade de adequação do
316 sistema de drenagem, foi solicitado a construção de outras bacias de decaptação , é,
317 solicito que isso seja colocado como condicionante, devido a, a particularidade desse
318 empreendimento, e o outro, é, no último parágrafo também da mesma página, ele faz
319 relação ao uso de explosivos e cita que os moradores serão devidamente avisados,
320 também colocado como condicionante, o registro desse, desse, uso de explosivo, né, que
321 seja disponibilizado quando for solicitado também. **Rogério Noce Rocha -**
322 **Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente**
323 **Desenvolvimento Sustentável** – ok? **Waleska Bretas Armond Mendes –**
324 **Universidade do Vale do Rio Doce (Univale) -** mais um detalhezinho. **Rogério Noce**
325 **Rocha - Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio**
326 **Ambiente Desenvolvimento Sustentável** – Pois não, não tem problema não. **Waleska**
327 **Bretas Armond Mendes – Universidade do Vale do Rio Doce (Univale)-** ai é só
328 questão de, talvez até preciosismo, mas que houvesse uma concordância do parecer
329 técnico, jurídico, na citação do processo, a, quando o jurídico cita a atividade, é, a título
330 da atividade não bate com o título da atividade do parecer técnico e o nome do
331 responsável, do consultor técnico também não ta. **Luciana Haueisen– Jurídico**
332 **(NARC/ Leste Mineiro) –** O título da atividade? **Waleska Bretas Armond Mendes –**
333 **Universidade do Vale do Rio Doce (Univale)–** É. **Luciana Haueisen– Jurídico**



334 (NARC/ Leste Mineiro) – Lavra a céu aberto sem beneficiamento ou concuminuição a
335 seco, só faltou um com. **Waleska Bretas Armond Mendes – Universidade do Vale do**
336 **Rio Doce (Univale)** – Pois é mas, e o nome do consultor ambiental. **Luciana**
337 **Hauelsen– Jurídico (NARC/ Leste Mineiro)** – Tudo bem. **Waleska Bretas Armond**
338 **Mendes – Universidade do Vale do Rio Doce (Univale)** – É questão, como eu falei, é
339 preciosismo, mas. **Rogério Noce Rocha - Superintendente de Política Ambiental da**
340 **Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável** - tá correto, tá
341 correto, esse, eu gostaria de fazer alusão a esse fato, viu Waleska, esse princípio não é
342 do preciosismo, o sistema hoje do SIAM ao elaborar a situação efetiva de abrir o
343 processo para análise, por parte exatamente do analista, seja ele técnico, ou jurídico, ele
344 já lançará, no, não é o caso aqui que foi feito, ele já lançará, a informação precípua do
345 cabeçalho o que for do parecer técnico, na conclusão do parecer técnico, ele
346 automaticamente manda, envia este processo para a área jurídica com todo o arrazoado
347 dos aspectos técnicos, efetivos, o jurídico só abre exatamente em função desta
348 manifestação em seguida procura as informações pertinentes que vão esta em meio
349 digital também esta situação terá como campos isto não mais aconteceu em futuro
350 próximo porque o cabeçalho estará sempre replicado né e capturará estas informações a
351 parti do que foi estabelecido dentro do FCI e das manifestações de apresentação da
352 documentação, mas é bom que se coloque isto porque são aspectos que nos tamos
353 tirando aspecto de manorização para o sistema digital, ok? Muito obrigado exatamente.
354 Continua em julgamento ta certo, pelo presidente exatamente a situação de analise deste
355 processo, gostaria então que fosse anotado com este destaque ne, a, a vai a este nível de
356 condicionante acrescido ao parecer técnico né eu vou colocar em julgamento a forma
357 inicial do parecer técnico do parecer jurídico com as devidas correções anotadas pela
358 conselheira ne que vão ser introduzidas nesse nessas modificações nessas adequações
359 para em seguida fazer a votação das novas condicionantes que se acresce ao parecer
360 jurídico parecer técnico então eu coloco em julgamento ta certo o processo de número
361 8.0, 8.1, **ITEM 8.1 – Pedreira Marinho Ltda. - Lavra a céu aberto – extração de**
362 **gnaisse - São João do Manteninha/MG – PA COPAM Nº 01684/2002/003/2004 –**
363 **DNPM Nº 832.071/2002**, que é da pedreira marinho limitada lavra céu aberto extração
364 de guinasse São João do Manteninha ne com as formas dos pareceres técnicos e jurídico
365 para deferimento aqueles conselheiros que gostasse que aprovam permaneçam como
366 esta e os queiram manifestar o voto contrario declare seu foto, **APROVADO**. É com
367 agora nós vamo anotar aqui exatamente o destaque como destaque a situação das novas
368 duas condicionantes introduzidas no parecer técnico, aguardar só um minutinho, não
369 adiante, não precisa correr não, viu Waleska, a gente tem tempo pra isso. Existe algum,
370 é, nesse intervalo, existe algum conselheiro titular ou suplente que não assinou a lista?
371 Mesmo os que tão, presentes aqui no, no recinto? Não, acho que todos assinaram. A
372 inclusão de novas condicionantes, a página 05, página 03, a página 03, a condicionantes,
373 as condicionantes do anexo 01, né? Porque tem duas condicionantes apresentadas aqui
374 né. Eu vou acrescentar mais duas, correto? A inclusão de, a, cláusula 3ª, uma nova
375 condicionante, número 03, apresentar a adequação do sistema de drenagem, né, é
376 drenagem, com a construção de bacias de decantação. A condicionante número 04,
377 apresentar, é, registro de uso de explosivos, e disponibilização quando solicitado, que é
378 a própria declaração. Ok? Então eu coloco em julgamento, exatamente a aprovação
379 dessas duas novas condicionantes, pra aquele que gostaria, que aprovarem,
380 permaneçam, como estão, os que gosta, se manifestem contrário e declare seu voto,
381 **APROVADO**. Gostaria de solicitar esse parecer, é, é uma situação interessante, isso é



382 um comentário específico por parte do prefeito, do, presidente, é o anexo ficou,
383 colocado no parecer técnico, ele gostaria que depois tivesse uma análise, fosse caso de
384 anexo 2, que estabeleça quais as regulamentações específicas que acompanham, que já
385 ta dentro do curso, de auto monitoramento ta, então eu gostaria depois que fosse
386 incluído, que depois, porque isso faz parte da, da tônica de treinamento que nós fizemos
387 que instrui, que instrui exatamente, gostaria só de anotar, a isso, não ta no mérito da
388 coisa, isso faz parte da colocação pra que os próprios conselheiros estabeleçam que não
389 meramente a condicionante, mas a forma como a condicionante deverá ser apresentada,
390 né, ok? Gostaria só que aduzir, exatamente esse ponto aqui. Vamos passar agora ao
391 ponto seguinte da pauta, que é um ponto extenso, que na verdade são 11 processos que
392 estão incluídos no item número 09 – **ITEM 9 - Processos Administrativos para**
393 **Exame de Licença de Operação Corretiva “ad referendum”**. Gostaria de mencionar
394 aqui que o aspecto ad referendum é porque ele se inclui, no, numa classe que foi
395 estabelecido pela direção, pela secretaria de que a conclusão se desse até o dia 1º, dia 31
396 de maio último, que era um prazo de vencimento, como nós, esses processos todo
397 sofreram análise e tiveram seu parecer técnico, jurídico concluídos, nesse tempo, eles
398 tão voltando aqui apenas para referendar, em função do referendo já dado antes daquele
399 prazo para cumprir a decisão do senhor secretário. Pela ordem vou nominar os
400 processos que estão, estarão em julgamento, solicitando os presentes, que, de uma certa
401 maneira, é, eu farei, eu farei a listagem completa, eu farei a lida completa dos 11
402 processos que estarão em julgamento, em seguida abrirei, abrirei, para que os
403 conselheiros, por ordem façam os destaques necessários, para ou aprovação em bloco,
404 ou para julgamento individual as, dos destaques necessários a esses 11 processos.
405 **ITEM 9.1 - Auto Posto Cauê Itabirano Ltda. – Sistema de Armazenamento e**
406 **Abastecimento de Combustível Líquido Derivado de Petróleo e Álcool –**
407 **Itabira/MG – PA COPAM Nº 02066/2001/001/2001 – Apresentação: NARC Leste**
408 **Mineiro. ITEM 9.2 - Auto Posto Magalhães e Cia Ltda. – Comércio varejista de**
409 **combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo – Timóteo/MG – PA COPAM**
410 **Nº 02412/2001/001/2001 – Apresentação: FEAM/NARC Leste Mineiro. ITEM 9.3 -**
411 **Auto Posto Magalhães e Cia Ltda. – Comércio varejista de combustíveis e**
412 **lubrificantes derivados de petróleo – Ipatinga/MG – PA COPAM Nº**
413 **02415/2001/001/2001 – Apresentação: FEAM/NARC Leste Mineiro. ITEM 9.4 -**
414 **Auto Posto Magalhães e Cia Ltda. – Comércio varejista de combustíveis e**
415 **lubrificantes derivados de petróleo – Coronel Fabriciano/MG – PA COPAM Nº**
416 **02411/2001/001/2001 – Apresentação: FEAM/NARC Leste Mineiro. ITEM 9.5 -**
417 **Bragança e Companhia Ltda. - Comércio varejista de combustíveis automotivos**
418 **derivados de petróleo e álcool – Mantena/MG - PA COPAM Nº**
419 **00396/2002/002/2002 – Apresentação: FEAM/NARC Leste Mineiro. ITEM 9.6 -**
420 **Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA – Estação de tratamento**
421 **de esgotos - Ipatinga/MG – PA COPAM Nº 072/1994/008/2003 – Apresentação:**
422 **FEAM/NARC Leste Mineiro. ITEM 9.7 - Galiléia Petróleo e derivados Ltda. -**
423 **Comércio varejista de combustíveis automotivos derivados de petróleo e álcool –**
424 **Galiléia/MG - PA COPAM Nº 02791/2001/001/2001 – Apresentação: FEAM/NARC**
425 **Leste Mineiro. ITEM 9.8 - Indústria e Comércio de Colchões Polar Ltda. –**
426 **Fabricação de espumas e colchões – Ipatinga/MG – PA COPAM Nº**
427 **01718/2002/002/2004 – Apresentação: NARC Leste Mineiro. ITEM 9.9 - Posto**
428 **Areão Itabirano Ltda - Sistema de armazenamento e abastecimento de**
429 **combustível líquido derivado de petróleo – Itabira/MG – PA COPAM Nº**



430 **02182/2001/001/2001 – Apresentação: NARC Leste Mineiro. ITEM 9.10 - Posto**
431 **Gentil João Monlevade Ltda. (Ex Auto Posto Senna Ltda.) - Sistema de**
432 **Armazenamento e Abastecimento de Combustível Líquido Derivado de Petróleo e**
433 **Álcool - João Monlevade – PA COPAM Nº 03881/2001/001/2001 – Apresentação:**
434 **NARC Leste Mineiro. ITEM 9.11 - Posto Pinheiro e Carvalho Ltda. - Comércio**
435 **varejista de combustíveis e lubrificantes (exceto GLP) – Ipatinga/MG – PA**
436 **COPAM Nº 01751/2002/001/2002 – Apresentação: FEAM/NARC Leste Mineiro.**
437 Neste caso, eu pergunto dentro desses itens 12, gostaria de nominá-los pra vê se
438 encontra presente o empreendedor, é Auto Posto Cauê Itabirano? Não. Auto Posto
439 Magalhães e Cia Ltda? 03 processos? Não. Bragança e Companhia Ltda? Ok,
440 manifestou presença. Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA?
441 Presente. Galiléia Petróleo e derivados Ltda? Presente. Indústria e Comércio de
442 Colchões Polar Ltda? Presente. Posto Areão Itabirano? Já falei, não está presente. Posto
443 Gentil João Monlevade Ltda? Presente, a consultoria. E, Posto Pinheiro e Carvalho
444 Ltda? Assessoria presente, ok. Anotado esse ponto eu solicito aos conselheiros que
445 sejam colocados os destaques necessários a esse ponto, Franklim? **Franklin Otávio**
446 **Coelho Mendonça – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental**
447 **(ABES) - destaque para 9.2 e 9.4. Rogério Noce Rocha - Superintendente de Política**
448 **Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável –**
449 **ta, 9.2 e 9.4, Waleska? Waleska Bretas Armond Mendes – Universidade do Vale do**
450 **Rio Doce (Univale) – 9.3. Rogério Noce Rocha - Superintendente de Política**
451 **Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável –**
452 **9.3, Waleska. Ok, em função exatamente da manifestação, estão declarados os pontos**
453 **9.2, 9.3, 9.4, referente ao Auto Posto Magalhães e dos seus 03 empreendimentos, assim**
454 **sendo. Franklin Otávio Coelho Mendonça – Associação Brasileira de Engenharia**
455 **Sanitária e Ambiental (ABES) - abstenção 9.6. Rogério Noce Rocha -**
456 **Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente**
457 **Desenvolvimento Sustentável - ok, o abstenção eu vou dar em função exatamente na**
458 **votação que logo em seguida farei, ai você vai manifestar exatamente essa abstenção,**
459 **ok? Franklin Otávio Coelho Mendonça – Associação Brasileira de Engenharia**
460 **Sanitária e Ambiental (ABES) – Ok. Rogério Noce Rocha - Superintendente de**
461 **Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento**
462 **Sustentável - é porque eu sei da, do envolvimento, você já, manifestou**
463 **antecipadamente e logicamente eu vou referendar a posição, tendo em vista, ok? Então,**
464 **eu vou colocar em julgamento, tá certo? Os, os pontos desse item número 09 que não**
465 **sofreram nenhum tipo de destaque, e que vão ser colocado, na, em aprovação, em**
466 **regime de bloco. É o ITEM 9.1 - Auto Posto Cauê Itabirano Ltda, em Itabira; o ITEM**
467 **9.5 - Bragança e Companhia Ltda; o ITEM 9.6 - Companhia de Saneamento de Minas**
468 **Gerais – COPASA, com o destaque de abstenção já declarado pelo conselheiro**
469 **Franklin, por motivo exatamente de envolvimento, de que ele é funcionário da empresa;**
470 **ITEM 9.7 - Galiléia Petróleo e derivados Ltda; ITEM 9.8 - Indústria e Comércio de**
471 **Colchões Polar Ltda; ITEM 9.9 - Posto Areão Itabirano Ltda; ITEM 9.10 - Posto**
472 **Gentil João Monlevade Ltda; ITEM 9.11 - Posto Pinheiro e Carvalho Ltda; eu coloco**
473 **em julgamento esses processos, os conselheiros que manifestarem a favor permaneçam**
474 **como estão, aqueles que declararem o voto, tá certo? Manifestem, APROVADO, com a**
475 **abstenção exatamente do conselheiro Franklin, para o item 9 ponto, 9.6, que conste na**
476 **ata, consta na ata, vou colocar então, pois? Vou falar, vou declarar isso no momento**
477 **oportuno, é eu vou colocar, porque é em seguida, antes da reunião, então eu coloco em**



478 destaque, tá certo? Os itens 9.2, 9.3, 9.4, primeiro destaque pedido solicitado pelo
479 conselheiro Franklin, pelos itens 9.2 e 9.4. **Franklin Otávio Coelho Mendonça –**
480 **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) – ITEM 9.2,**
481 página 03 do parecer técnico, último parágrafo do item ponto 01, a COPASA emitiu
482 uma declaração de anuência em 12/11/2004, DTVN 147, confirmando que o
483 empreendimento A. P. Magalhães se enquadra dentro dos padrões da Copasa, conforme
484 norma, norma técnica T 187/2, a declaração de anuência foi assinada pelo Antônio, pelo
485 técnico de meio ambiente Hermão Cardoso Silva, e pelo engenheiro de produção
486 Antônio Carlos Taveira, na verdade, essa declaração de anuência, ela se refere ao
487 processo 9.3, e foi usada indevidamente nos processos 9.2 e 9.4, em Timóteo, a
488 COPASA não é concessionária do serviço público de esgotamento sanitário, nós
489 sugerimos que seja acrescentada, no anexo 01, a condicionante de nº 9, qual seja,
490 apresentar declaração de anuência específica pelo empreendimento, do, é, do órgão
491 responsável pelo serviço público de esgotamento sanitário, confirmando que os
492 efluentes líquidos se enquadram nos padrões necessários para lançamento. **Rogério**
493 **Noce Rocha - Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio**
494 **Ambiente Desenvolvimento Sustentável - Em ambos os processos? Franklin Otávio**
495 **Coelho Mendonça – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental**
496 **(ABES) - Não, no. Rogério Noce Rocha - Superintendente de Política Ambiental da**
497 **Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável - Só no caso de**
498 **Timóteo? Franklin Otávio Coelho Mendonça – Associação Brasileira de**
499 **Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) - Esse, esse, no caso de Timóteo, a**
500 **condicionante para o processo 9 ponto, para o item 9.4, ela também é de nº 9, e tem a**
501 **seguinte redação: Apresentar declaração de anuência do concessionário do serviço**
502 **público de esgotamento sanitário, confirmando que os efluentes líquidos se enquadram**
503 **nos padrões adequados para lançamento. Rogério Noce Rocha - Superintendente de**
504 **Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento**
505 **Sustentável – ok, ok, ok, está anotado. Os senhores conselheiros, gostariam de anuir**
506 **algum ponto a respeito desse, o item 9.2, 9.4? 9.4 para a Waleska. 9.4, porque o**
507 **conselheiro Franklin já falou. José Joaquim de Castro Freitas Pereira – Prefeito de**
508 **São Domingos do Prata - Sr. Presidente, eu só não entendi José Joaquim de Castro**
509 **Pereira, prefeito de São Domingos do Prata, não posso esquecer o nome, 9.4 a que se**
510 **refere o conselheiro, e, não se trata de Coronel Fabriciano, lá não é a COPASA que**
511 **presta serviço de saneamento básico? Rogério Noce Rocha - Superintendente de**
512 **Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento**
513 **Sustentável – 9.4 é a COPASA, só que ele usou uma declaração referente, que foi dada,**
514 **para o empreendimento 9.3. José Joaquim de Castro Freitas Pereira – Prefeito de**
515 **São Domingos do Prata - 9.3, há muito bem! Rogério Noce Rocha - Superintendente**
516 **de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento**
517 **Sustentável – ta certo? José Joaquim de Castro Freitas Pereira – Prefeito de São**
518 **Domingos do Prata – ta certo, obrigado. Waleska Bretas Armond Mendes –**
519 **Universidade do Vale do Rio Doce (Univale) – em relação ao 9.4, hã? Tá, em relação**
520 **ao 9.4, é, existe uma citação no parecer jurídico, 1, 2, 3, 4, no 5º parágrafo, que ele fala**
521 **sobre o parecer técnico do IEF, né, e ele fala que esse empreendimento, ta na zona de**
522 **amortecimento do Parque Estadual Rio Doce, e na introdução do parecer técnico, não**
523 **faz nenhuma ressalva a essa zona de amortecimento e só cita, ta, na página 03, o, o**
524 **parecer técnico do IEF, mas não fala por que. Então na introdução do parecer técnico**
525 **tem que, no meu entender, tem que ter uma especificação, que ele está na zona de**



526 amortecimento do Parque Estadual do Rio Doce, por que no jurídico tem e no técnico
527 não tem. **Rogério Noce Rocha - Superintendente de Política Ambiental da**
528 **Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável** – Não aguardar
529 aqui, que a consultora jurídica ta dando uma análise. **Tiago Teixeira Dornas –**
530 **Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA)** - é, presidente, Tiago do IMA. **Rogério**
531 **Noce Rocha - Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio**
532 **Ambiente Desenvolvimento Sustentável** - pois não, Tiago. **Tiago Teixeira Dornas –**
533 **Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA)** - Como conselheiro, do Parque do Rio
534 Doce, as áreas urbanas do Vale do Aço não estão dentro da zona de amortecimento. A
535 zona de amortecimento do Parque do Rio Doce, ela foi criada diferente da deliberação,
536 da instrução do Conama. **Rogério Noce Rocha - Superintendente de Política**
537 **Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável** -
538 caráter de isenção. **Tiago Teixeira Dornas – Instituto Mineiro de Agropecuária**
539 **(IMA)**- e ela é menor, ela segue o Parque nas zonas, não, o Marcus Vinícius, eu já tinha
540 feito esse pedido. **Rogério Noce Rocha - Superintendente de Política Ambiental da**
541 **Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável** - Já foi feito.
542 **Tiago Teixeira Dornas – Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA)** - Anteriormente,
543 para que se olhasse no sistema georeferencial do Estado, porque as áreas urbanas não
544 estão. Ipatinga e Coronel Fabriciano é a área de preservação permanente do rio
545 Piracicaba, que é a zona de amortecimento, e área urbana não tem nenhuma, inclusive
546 porque nem pode ser zona de amortecimento. **Rogério Noce Rocha - Superintendente**
547 **de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento**
548 **Sustentável** - é, é, eu vou anuir exatamente, eu vou anuir esse ponto, em relação, antes
549 que o próprio técnico fale, é, essa é uma situação que hoje ta sendo considerada, que ela
550 novamente envolve a proximidade de área urbana em torno do parque em função
551 exatamente de caracterização antrópicas, e não somente nesse caso, o próprio
552 conselheiro Tiago, ta se manifestando aqui, independentemente das manifestações
553 colocadas em parecer, e que também foi motivo, ta certo? De uma ação nesse tipo na
554 reunião, nas nossas reuniões lá do Vale do Jequitinhonha, na Unidade Regional de
555 Jequitinhonha, em torno do Parque Biribiri também, e que a situação foi reformada em
556 relação ao próprio tratamento dado ao torno do Biribiri, em função exatamente da
557 cidade de Diamantina, no qual a zona de amortecimento sofreu uma revisão para que a
558 área urbana declarada pelo município, ta certo? Fosse contornada, e ela adentrava no
559 sistema da área de amortecimento, sem que isso fosse fator impeditivo, porque não tem
560 como remover uma área, embora, tenhamos a estação de Parques que tem a zona de
561 amortecimento estabelecido em lei, correto? Então vou, vou passar a palavra pro
562 Adriano, que o Adriano é o técnico da área e vai, vai informar a respeito. **Adriano**
563 **Coelho – Instituto Estadual de Florestas (IEF)** – o que eu tenho é só confirmar o que
564 o Tiago falou, o perímetro urbano das cidades do Vale do Aço, realmente tão fora da
565 zona de amortecimento, e elas constam no plano de manejo do Parque, que ta na página
566 do IEF, na Internet. **Rogério Noce Rocha - Superintendente de Política Ambiental**
567 **da Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável** – ok, nós
568 vamo, não tem problema não, nós temos prazo aí. É nesse meio tempo que ta se fazendo
569 a pesquisa, eu gostaria de recepcionar o major Március, pela presença aqui entre nós, o
570 major Március é o novo integrante desse conselho, substituindo, o major Celso né, que
571 veio, ta substituindo, então, muito prazer em recebê-lo major, né, a parceria da polícia
572 militar entre nós é muito importante, porque a parceria da polícia militar se dá em todos
573 os conselhos regionais, e nós temos agora em Minas Gerais uma diretoria específica que



574 cuida disso, é chefiada pelo coronel Helvécio, né, e de uma certa maneira ele estará
575 percorrendo nas próximas reuniões, possivelmente lá em São Domingos do Prata, nós
576 faremos o convite para que ele compareça, para que ele venha por parte dessa diretoria
577 especial da, da polícia militar, os trabalhos que estão sendo realizados no âmbito da
578 nossa, das nossas regionais como um todo, isso faz parte do anel de potencial de
579 trabalho, que nós vamos ter né, em futuro próximo, com é, esperando que na próxima,
580 dentro desse mês ainda temos a aprovação da nossa, nosso PL 1951, que trata
581 exatamente da criação de nova diretoria de fiscalização, dentro do âmbito da FEAM e
582 do IEF, da FEAM e do IEF, e também consolidando a posição do **GSEFAI**, que é o
583 nosso grupo de fiscalização integrada, do qual fazem parte exatamente a Polícia Militar,
584 o próprio Ministério Público e outras entidades envolvidas dentro do SISEMA, ok? O
585 senhor? Vamo se não, não vai dar tempo mais não. **Luciana Haueisen– Jurídico**
586 **(NARC/ Leste Mineiro)** – só justificando porque o meu, por de constar no parecer
587 jurídico do presente empreendimento em zona de amortecimento, é que tem um
588 documento do IEF, assinado pelo Marcus Vinicius de Freitas, gerente técnico do IEF,
589 ta, parecer técnico, informamos conforme solicitação, para efeito de análise do processo
590 de licenciamento ambiental junto a Feam –Fundação Estadual do Meio Ambiente, que o
591 empreendimento em nome de A. P. Magalhães e Companhia Ltda, processo nº
592 24.11.2001.001.2001, localizado a rua Maria Matos nº 80, município de Coronel
593 Fabriciano, que o mesmo se encontra na zona de amortecimento do Parque Estadual do
594 Rio Doce, de acordo com o plano de manejo da unidade, aprovado através da
595 Deliberação 1217 do 07 do 07 de 2002, informamos ainda que não existe a reserva
596 biológica, ponta do tomazino, cidade no ofício, citada no ofício no com, existe contudo
597 uma área no interior do Parque, município de Timóteo, não temos portanto, nenhuma
598 restrição para continuação da análise e obtenção da LO corretiva, a não ser as
599 legalmente existentes, motivo pelo qual consta no parecer jurídico, que o, a, o
600 empreendimento está inserido em zona de amortecimento. **Adriano Coelho – Instituto**
601 **Estadual de Florestas (IEF)** – só, só colocar o seguinte, eu estava do lado dela, eu vi,
602 pelo que parece, ele esqueceu a palavra não, tanto que, pelo final, o último parágrafo, o
603 último parágrafo. **Rogério Noce Rocha - Superintendente de Política Ambiental da**
604 **Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável** - já muda
605 completamente a situação. **Adriano Coelho – Instituto Estadual de Florestas (IEF)** -
606 ele fala que não tem nada, se fosse dentro da zona de amortecimento, tinha que ir para o
607 conselho consultivo do Parque. **Rogério Noce Rocha - Superintendente de Política**
608 **Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável** -
609 Exatamente. **Adriano Coelho – Instituto Estadual de Florestas (IEF)** – entendeu?
610 Então foi um erro na hora dele escrever o texto dele. **Rogério Noce Rocha -**
611 **Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente**
612 **Desenvolvimento Sustentável** - É uma notação, vai ser cabido exatamente aqui em
613 rodapé, que faz parte do processo, só pra anuir, até que por força de que, nós estamos aí,
614 elaborando uma situação de decisão, né, e isso vai configurar até outros pontos que vão
615 ser colocados, por aqui, correto? Ta anotado. **Tiago Teixeira Dornas – Instituto**
616 **Mineiro de Agropecuária (IMA)** – quanto a esta questão, não sei qual que é o, o papel
617 da FEAM, no licenciamento ambiental, se ela pede essas anuências, como informações
618 complementares, porque até isso a gente pediu para evitar de acontecer, por causa
619 daquele documento que chega pro Marcus Vinicius ta dando anuência de coisa que ele
620 não tem que dar. Se isso é prática da, das empresas que prestam consultoria, ai é
621 complicado da SEMAD fazer alguma coisa, mas se for como informação



622 complementar, nos processos, que seja evitado pedir informação complementar, a
623 anuência, pros, pros empreendimentos que não tão na zona de amortecimento. **Rogério**
624 **Noce Rocha - Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio**
625 **Ambiente Desenvolvimento Sustentável** – é, o Tiago, esse ponto você tem que anuir
626 exatamente isso, isso é um processo de 2001. **Tiago Teixeira Dornas – Instituto**
627 **Mineiro de Agropecuária (IMA)** - é, então. **Rogério Noce Rocha - Superintendente**
628 **de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento**
629 **Sustentável** - Nesse processo de 2001 é só pra você começar exatamente a entender,
630 2001 não tinha nada, nenhum tipo de integração tava numa outra situação, e nós tamo
631 acabando, concluindo o processo, cês podem até alegar, tem 04 anos? Tem, 04 anos,
632 então nós tamo fazendo um processo de operação de eliminar o passivo, esse processo
633 hoje, ele ta dentro da agenda específica do Regional, num processo de integração, no
634 qual dentro da agenda, ta certo? Dentro do núcleo, nós temos pessoal da agenda verde,
635 exatamente pra cobrir essa situação, então nós fizemos uma análise integrada, a análise
636 integrada será objeto de avaliações, a menos de competências efetivas pra aquilo que o
637 Adriano, sabe, questão de competência, inclusive do IEF, né, em função de
638 relacionamento dentro da integração, mas isso, ele vai ser equacionado, os processos
639 nunca mais vão passar por uma situação dessa de 2001, agora em 2005, sendo aprovado.
640 A situação de que está sendo cobrado pelo sistema a partir dessa introdução daquilo que
641 eu falei, início das novas atividades, de recepção do processo, análise do processo,
642 daqueles configura 01 e 02, que não é mais analisado por este conselho, que é
643 autorização ambiental de funcionamento; 03 e 04, 05, virão para análise desse conselho
644 no prazo de extremamente urgente e necessário, pra que a gente possa realmente
645 usufruir das demandas que estaremos necessitando de melhoria da qualidade ambiental
646 da região, com o aspecto de identificação de todos esses impactos regionais, não por
647 aspecto somente de demanda espontânea, por parte do empreendedor, mas por parte do,
648 também de uma ação que nós realizaremos, com apoio, e com a introdução, tanto da
649 Polícia Militar de Minas Gerais, com os apoios especificamente do Ministério Público e
650 que estaremos em situação de levantamento de demanda, diligenciada, pra que a gente
651 possa junto com as associações de classe, tanto na área da federação das indústrias, na
652 área da federação do comércio, na área da federação da agricultura, né? Através da
653 FAEMG e outras entidades aqui vinculadas, que a gente possa criar, promover o
654 saneamento e a melhor qualidade de vida para o Estado, que é o objetivo clássico né, do
655 governador, do secretário e de nós todos, né? Então é isso que nós tão querendo, então
656 isso aqui não vai suceder mais. Bom, nada mais, nada menos, então eu vou colocar
657 esses dois pontos, 9.2, 9.4, em julgamento, com as colocações que aqui foram feitas
658 pelos conselheiros, em seguida, da aprovação e com essas colocações que aqui foram
659 feitas, né no bojo do processo, eu colocarei, os destaques especificamente nas duas
660 novas condicionantes, colocada pelo conselheiro Franklin, e eu declararei, em seguida
661 qual, qual é o seu texto. Eu coloco em julgamento, ta certo? O parecer, técnico e
662 jurídico, com as modificações já aqui declaradas, os processos ITEM 9.2 – Auto Posto
663 Magalhães e Cia Ltda, na cidade de Timóteo, Minas Gerais, e o posto, 9 ponto, o ITEM
664 9.4 - Auto Magalhães e Cia Ltda, na cidade de Coronel Fabriciano, os conselheiros que
665 anui, e concordam com o parecer técnico e com o parecer jurídico, com as correções
666 devidas, permaneçam como estão, ou, declarem seu voto em separado, ok,
667 **APROVADO.** No ITEM 9.2 – Auto Posto Magalhães Ltda e Cia Ltda, o item 9.2,
668 recebe a condicionante nº 9, no seguinte texto: apresentar a declaração de anuência
669 específica para o empreendimento, emitida pelo órgão público responsável pelo serviço



670 de captação, é, de esgotamento sanitário, é, configurar, configurando que os efluentes,
671 confiando? É configurando, eu não entendi aqui, confirmando, que os afluentes líquido
672 se enquadram nos padrões adequados para lançamento na rede pública de esgotos, ok?
673 Coloco então em julgamento, essa condicionante para o ITEM 9.2, Auto Posto
674 Magalhães e Cia Ltda, os conselheiros que concordem permaneçam como estão, voto
675 contrário, se declare seu voto, **APROVADO**. O ITEM 9.4, aqui já aprovado, com a
676 nova condicionante nº 9: apresentar declaração de anuência específica para o
677 empreendimento, emitido pelo concessionário de serviço público de esgotamento
678 sanitário de Coronel Fabriciano, confirmando que os efluentes líquidos se enquadram
679 nos padrões adequados para lançamento na rede pública de esgoto. Aqueles
680 conselheiros que aprovam a forma do, da condicionante, permaneçam como estão, os
681 que declarem seu voto, manifestem, ok, **APROVADO**. Vou passar para o 9, eu vou
682 passar em seguida então para o 9.3 que a conselheira Waleska pediu destaque,
683 conselheira **Waleska. Waleska Bretas Armond Mendes – Universidade do Vale do**
684 **Rio Doce (Univale)** – nesse processo na página 04, no parágrafo 04, ele cita uma
685 condicionante, que não está contida no anexo 01, né, ele fala da, da, do treinamento dos
686 frentistas, e ele não cita essa condicionante lá no anexo, então seria copiar e colar a
687 condicionante do 9.4, pra, pra esse 9.3, página 04, parágrafo 04, do 9.3. **Rogério Noce**
688 **Rocha - Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio**
689 **Ambiente Desenvolvimento Sustentável** - A técnica queria falar, justificar, Cássia.
690 **Cássia Carvalho Andrade – Técnica (NARC/Leste Mineiro)** – esse processo foi
691 analisado pelo, pro Marcelo Albano, lá da Feam, e ele deve ter esquecido, aconteceu
692 alguma coisa assim, de não ter colocado a condicionante, mas eu vi aqui no 4º parágrafo
693 mesmo que faltou, esse treinamento, ele não foi ainda comprovado, ta. **Rogério Noce**
694 **Rocha - Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio**
695 **Ambiente Desenvolvimento Sustentável** - Ok? Só um momento aqui, Franklin, com a
696 palavra. **Franklin Otávio Coelho Mendonça – Associação Brasileira de Engenharia**
697 **Sanitária e Ambiental (ABES)** - item 2.3, 2.6, página 07 do parecer técnico, o
698 empreendedor apresentou as cópias dos certificados que comprova a participação de
699 seus funcionários no programa de treinamento, no plano de manutenção de
700 equipamentos e procedimentos operacionais, plano de resposta a acidentes, ações
701 imediatas e articulação com órgãos competentes e programas de treinamento de pessoal
702 e operação, manutenção e resposta em incidentes, emitido pela empresa Persona
703 Recursos Humanos, foi apresentado o certificado de aprovação do sistema de prevenção
704 e controle e combate a incêndios, instalado emitido pelo Corpo de Bombeiro em
705 14/10/2002. **Rogério Noce Rocha - Superintendente de Política Ambiental da**
706 **Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável** - Waleska, a
707 palavra. **Waleska Bretas Armond Mendes – Universidade do Vale do Rio Doce**
708 **(Univale)** - Então, deve ser retirada, então, do parágrafo 04, da folha 04, que ela vai
709 estar na condicionante, se já foi comprovado que eles foram treinados. **Cássia Carvalho**
710 **Andrade – Técnica (NARC/Leste Mineiro)** - É o erro ta aqui no parecer técnico que
711 colocou que ele não, não tinha sido realizado, né, eu vou olhar no processo. **José**
712 **Joaquim de Castro Freitas Pereira – Prefeito de São Domingos do Prata** -
713 Presidente, pela ordem. **Rogério Noce Rocha - Superintendente de Política**
714 **Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável** -
715 Pois não, com a palavra conselheiro. **José Joaquim de Castro Freitas Pereira –**
716 **Prefeito de São Domingos do Prata** – o treinamento do Corpo de Bombeiros de 2002,
717 e se desse período até 2005 o funcionário já tiver ido embora? Ajuda ai Tiago. **Tiago**



718 **Teixeira Dornas – Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA)** - Eu acredito também
719 que a gente já discutiu a condicionante, se tiver cumprido a condicionante ta resolvida,
720 uê. **Rogério Noce Rocha - Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de**
721 **Estado Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável** - É ta cumprida. Eu to julgando
722 que a situação do ponto que o Franklim colocou, ta certo? Ta mais do que instruída a
723 respeito, quer dizer, é uma redundância colocar a condicionante já cumprida, né, a
724 própria declaração, já foi manifestada, ok, Waleska? Ok? Ok? Ok? **Tiago Teixeira**
725 **Dornas – Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA)** - Acredito que no meu, nobre
726 prefeito falou, vão colocar essa condicionante pra que seja feito, talvez pra todos os
727 funcionários novato, uê. **Rogério Noce Rocha - Superintendente de Política**
728 **Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável** -
729 É, isso, isso já foi até motivo de, não sei se exatamente nessa, nessa região, mas
730 seguramente no Sul e no Alto de São Francisco nós já colocamos isso, por parte
731 inclusive de uma apresentação grande, que é fruto da apresentação que foi feita, é pelo
732 próprio pessoal da área do **NUCOM**, e existe os procedimentos que são feitos isso né,
733 de uma certa maneira, agora existe, grupos de empresa que já fazem isso, essa dinâmica
734 ai, a situação já é apresentada no bojo da própria declaração dele que já tem essa, essa
735 manifestação, então, isso ai é uma, se não houvesse manifestação da forma como o
736 próprio Franklin colocou esse caso já manifestou inclusive declarando qual é a
737 empresa, como é que foi feita, tem o certificado de treinamento necessário, ai realmente,
738 poderia colocar isso né, e levar isso para os conselheiros, Franklin. **Franklin Otávio**
739 **Coelho Mendonça – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental**
740 **(ABES)** - é, eu entendo que do, de parte do órgão, órgão ambiental, pra cumprir o
741 procedimento de licenciamento, a, a, condicionante foi atingida, agora, a questão da
742 manutenção dos funcionários capacitados, ai deixa de ser uma responsabilidade do
743 órgão ambiental, e a passa a ser uma responsabilidade do corpo de bombeiros, e dos
744 órgãos municipais. **Rogério Noce Rocha - Superintendente de Política Ambiental da**
745 **Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável** - É, foi isso
746 exatamente, que foi anuído, que não ta no bojo das condicionantes ambientais, ela ta
747 como complemento de função que não ta, apenas, a questão de segurança é uma, a
748 questão de treinamento da segurança, se envolvia e envolve muito, particularmente os
749 postos de gasolina que tão inseridos exatamente em ambiente urbano, né, que tem no
750 seu entorno, naturalmente a situação de zona urbana, lateral até o posto, né, quer dizer.
751 ⇒ No caso, pela ordem Sr. Presidente, não cabe então ao Copam, é, julgar esse ponto
752 de vista se fosse, se o treinamento dos funcionários aconteceu em 2002 e se dali pra cá,
753 ele trocou, o frentista 20 vezes, por exemplo. **Rogério Noce Rocha - Superintendente**
754 **de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento**
755 **Sustentável** - É. ⇒ Não cabe a nós então analisarmos isso, cabe o outro então, outro
756 órgão específico pra isso. **Rogério Noce Rocha - Superintendente de Política**
757 **Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável** -
758 É isso é a parte, isso é o Ministério da Segurança, né, isso é segurança do trabalho, e o
759 Ministério do Trabalho é que faz, ele executa essa situação, ok? ⇒ Muito obrigado.
760 **Alexandre Magrinelle – Coordenador (NARC/Leste Mineiro)** – esclarecimento no
761 processo, vejam por favor na página 04, o parágrafo que começa com: o treinamento
762 dos frentistas, vejam o final do parágrafo, por favor, a empresa de consultoria Solução
763 Ambiental, anexou os certificados individuais de conclusão de treinamento, mas não
764 discorreu-os sobre o conteúdo do curso aplicado, nesse sentido, acho que é favorável



765 mesmo a manutenção, a inclusão da condicionante, porque não houve especificação
766 dentro do processo, sobre qual o conteúdo que foi dado aos frentistas do posto. **Rogério**
767 **Noce Rocha - Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio**
768 **Ambiente Desenvolvimento Sustentável** – na forma que foi colocado pelo Dr.
769 Alexandre, e, em grau de discussão, pois não, Gustavo. **Gustavo de Paula de Souza –**
770 **Secretário de Serviços Urbanos e Meio Ambiente de Ipatinga** – fazendo aqui uma
771 avaliação entre o que, o disposto na página 04, na página 07, a empresa, primeiro ele
772 coloca, a empresa de consultoria Solução Ambiental, mas a empresa que prestou o
773 serviço de treinamento, como ta aqui na página 07, Persona Recursos Humanos, e eu
774 entendo que. **Alexandre Magrinelle – Coordenador (NARC/Leste Mineiro)** – a
775 questão toda é que como a consultoria responsável por todo o projeto é a Solução
776 Ambiental, ela devia ter feito, anexado, não só os certificados que a Persona deu o curso
777 aos seus funcionários, mas qual o conteúdo dado a esses funcionários, e isso, a
778 responsável pelo processo de licenciamento, não o fez. **Gustavo de Paula de Souza –**
779 **Secretário de Serviços Urbanos e Meio Ambiente de Ipatinga** – Sr presidente, só pra
780 complementar aqui, que eu acredito pelo texto que o certificado do Corpo de Bombeiros
781 também, não ta atrelado ao curso, pela data. **José Joaquim de Castro Freitas Pereira –**
782 **Prefeito de São Domingos do Prata** - Sr. Presidente, pela ordem, eu até, vou pedir até
783 o promotor que talvez até se manifeste, neste sentido, veja a minha preocupação é se, a
784 minha preocupação é o seguinte: o posto de gasolina instala-se lá no meu Município,
785 tem 10 frentistas, nós tamo no ano de 2002, concede-se a licença, faço o treinamento,
786 daqui 02 anos ele manda a metade desses funcionários embora, tudo bem que, o senhor
787 já me disse, já me foi esclarecido que não é do COPAM a responsabilidade de avaliar
788 essa questão do índice de segurança com relação a este certificado, porém o Ministério
789 Público poderia talvez, manifestar, e, ou qualquer outro órgão, ou se nós, aqui
790 conselheiros, poderíamos exigir, que a cada pelo menos, um período, seja, refeita essa
791 brigada de incêndio, essa, esse treinamento do pessoal, eu acho que isso não custa muito
792 para um posto de gasolina, a partir do momento que ele está prevendo, prevendo não
793 acontecer o acidente e antes de acontecer o acidente ele treinar o pessoal, é muito
794 melhor do que depois ele ter o prejuízo, seja humano, seja físico, coisa assim, queria,
795 inclusive que o Dr. Promotor se manifestasse, nesse sentido. **Rogério Noce Rocha -**
796 **Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente**
797 **Desenvolvimento Sustentável** – Dr. Leonardo. **Leonardo Castro Maia –**
798 **Procuradoria Geral de Justiça (PGJ)** - o treinamento do frentista é necessário, né, é,
799 pra esse, pra questão da periculosidade, no sentido, nocividade do produto, e até pra
800 questão, onde a análise da qualidade do produto, o frentista, todo ele, o frentista, deve
801 saber fazer análise de qualidade do produto, e quando receber o produto deve verificar
802 se ele ta de acordo, se ele não tem nenhuma, deve orientar o próprio usuário, o
803 consumidor, sobre o fato de utilização de telefone, é, ta fumando no posto, quer dizer, o
804 frentista tem que ter esse treinamento, eu entendo que isso é uma questão ambiental,
805 sim, então, é, a minha sugestão seria pela manutenção, ou melhor, pela inclusão como
806 condicionante, do que já ta no parecer, né, do que já ta no texto do parecer, e, também
807 informar que isso é verificado, pelo, pelo procon estadual, inclusive, como uma questão
808 de meio ambiente, no formulário do procon estadual que fiscaliza os postos de
809 combustíveis, é, 100% deles no Estado de Minas Gerais, pelo menos todo ano, então
810 todo ano 100% dos postos são visitados um dia, pelo fiscal do procon estadual. E no
811 formulário do procon estadual tem uma série de questões que ele analisa, então por
812 exemplo, a placa, informação, nocividade, e tal, e entre essas questões, tem a questão



813 ambiental que também diz respeito ao consumidor, e nessa questão ambiental o fiscal do
814 procon estadual verifica se o frentista ta treinado e inclusive faz com que ele demonstra
815 a qualidade do produto e se o produto ta ok, e qual a orientação, e faz perguntas
816 variadas pro frentista pra verificar se ele ta treinado, agora, a par dessa questão, se o
817 fiscal ta fiscalizando, do corpo de bombeiros ta se manifestando, é uma questão
818 ambiental, não custa nada pro posto, é normal, é ordinário, pro posto isso, é uma coisa
819 básica, né, e, já ta no parecer técnico, a sugestão seria pra apenas pela inclusão do que já
820 ta no texto como é uma condicionante. **Rogério Noce Rocha - Superintendente de**
821 **Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento**
822 **Sustentável – Joaquim! José Joaquim de Castro Freitas Pereira – Prefeito de São**
823 **Domingos do Prata** - presidente, Sr. Presidente, e, nos casos de postos, no caso de
824 postos de gasolina, em algumas condicionantes, ele é obrigado a apresentar
825 bimestralmente, ou ás vezes até a cada 03 meses, alguns, alguns documentos, por que
826 não então, apresentar também ao COPAM é, o certificado de treinamento de seus
827 funcionários, é, do ponto de vista de segurança, há não é, não é questão do COPAM
828 discutir, não é questão ambiental, é sim, senhor presidente, se o posto de gasolina pega
829 fogo, por, por negligência de um funcionário, ou do dono de não treiná-lo, ele pode dá,
830 dá, causar, um dano muito grande, por exemplo, a uma cidade, como é o caso lá de São
831 Domingos que tem dois postos no centro da cidade, Thiago, fala ai Thiago. **Tiago**
832 **Teixeira Dornas – Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA)** – eu gostaria de propor
833 aos dois colegas que fizeram essas propostas de moções, que a gente, de
834 condicionantes, que a gente coloque isso, isso também como uma moção a FEAM, e
835 que seja colocado isso em todos os processos de posto de combustível, por que senão,
836 toda vez a gente vai ter que ler um processo de posto de combustível, põe uma
837 condicionante, no outro põe uma condicionante, e se isso vira uma moção, eu acho que
838 racionaliza nosso trabalho, porque são duas questões que são inerentes a qualquer posto,
839 não só a esse. **Rogério Noce Rocha - Superintendente de Política Ambiental da**
840 **Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável** - Ok, pois não.
841 **Leonardo Castro Maia – Procuradoria Geral de Justiça (PGJ)** – eu, fico, eu até,
842 acho interessante essa sugestão do senhor, não to querendo, nem contestá-la, mas de
843 repente, é, eu ficaria no meio termo, ai vou colocar reflexão pros conselheiros, não
844 condicionar isso a 02 meses ou de 06 em 06 meses, mas condicionar ao treinamento de
845 todos os funcionários, porque se você chegar lá e o funcionário ta treinado, ele, o
846 treinamento, ele não tem muita complexidade não, ele é de certa forma simples, pro
847 frentista né, porque é a atividade que ele faz todo dia, o dia inteiro, então de repente,
848 você exigir que ele repita esse treinamento de 02 em 02 meses, ou de 03 em 03 meses,
849 você tem um, você ta criando um ônus, você ta contratando uma empresa de 02 em 02
850 meses pra fazer uma coisa que de repente é, seria muito oneroso, então, ou exigir apenas
851 que seja feito o treinamento e moção também nos termos que o Tiago falou, pra que seja
852 isso toda vez verificado, mas se os funcionários estão treinados, ou então se for o caso
853 de colocar um, um limite temporal, um prazo, que seja um prazo, maior, né, pra não
854 onerar tanto o empreendedor. **Rogério Noce Rocha - Superintendente de Política**
855 **Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável** –
856 vou passar aqui para técnica, pra Cássia falar. **José Joaquim de Castro Freitas Pereira**
857 **– Prefeito de São Domingos do Prata** - O Senhor presidente, só um minutinho, só,
858 pra poder concluir, ah, sim. **Cássia Carvalho Andrade – Técnica (NARC/Leste**
859 **Mineiro)** – esse treinamento, esse treinamento pros funcionários, ele é feito anula, né,
860 igual aqui foi apresentado treinamento de 2004, ai em 2005 tem, treinamento né, e



861 agora, pra num gerar aquele, um grande número de papel no processo de licenciamento,
862 a gente sempre pede isso no posto, o certificado de treinamento de todos os
863 funcionários, quando a gente ta em fiscalização, né, e pede tanto dos anos anteriores, é
864 por exemplo se eu for vistoriar um posto, em 2005, eu vou pedir o de 2004, o de 2003,
865 vou pedir o dos anos anteriores, né. **José Joaquim de Castro Freitas Pereira –**
866 **Prefeito de São Domingos do Prata** – Sr Presidente, pela ordem então, já concluindo
867 o que a Cássia disse, já que, no instante que vai o posto, solicita, esses, esses
868 documentos, esses documentos de treinamento, então é só colocar aqui, olha, que
869 também, foi apresentado, os treinamentos do ano, do período tal a tal, porque esses
870 treinamentos de 2002, eu, eu duvido muito que um funcionário que estava lá treinado
871 desde 2002, esteja trabalhando lá até hoje, só, essa é a minha questão. **Rogério Noce**
872 **Rocha - Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio**
873 **Ambiente Desenvolvimento Sustentável** – Gustavo. **Gustavo de Paula de Souza –**
874 **Secretário de Serviços Urbanos e Meio Ambiente de Ipatinga** – só pra fazer um
875 comentário aí, também pra reflexão, de todos os conselheiros, nós temos a NR
876 pertinente a esse controle de saúde ocupacional, então existe os programas de controle
877 de saúde ocupacional, meio ambiente, que certamente o empreendimento tem que
878 cumprir, tem que atender, ele com certeza, prevê periodicidade pros treinamentos, isso
879 na fiscalização tanto ambiental, quanto trabalhista, vai ser observado, então pra gente
880 não ter ai uma redundância também, na cobrança, exigência, é, é, já existe essa
881 cobrança. **Rogério Noce Rocha - Superintendente de Política Ambiental da**
882 **Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável** – esse ponto eu
883 gostaria de reformar, referendar aquilo que eu falei anteriormente, por parte de quem,
884 realmente, a Cássia aqui é a representante aqui dentro do núcleo, aquela pessoa que
885 executa essa ponta de lança do que é o **NUCOM**, e o Dr. Eduardo Barcelar que é a
886 pessoa que pessoalmente comanda isso e que tem difundido esse trabalho a nível Brasil,
887 através não somente Minas Gerais, mas também junto com esses estudos que tão sendo
888 feitos e de integração a nível Brasil, e teve uma reunião inclusive em São Paulo,
889 recentemente, né, que envolve esses aspectos, do próprio CONAMA e outros, tem sido
890 colocado, essa, essa colocação, ainda que, o promotor colocou, Dr. Leonardo, e do
891 próprio prefeito colocou aqui, e até do ponto de vista, que o conselheiro, no caso o
892 Tiago, colocou, é que, certas situações, entram dentro do aspecto de recomendação e
893 essa recomendação é uma regra específica do ponto de vista ambiental do que a FEAM
894 executa do ponto de vista de monitoramento, que era isso, isso já ta implícito, isso já é
895 cobrado, e isso é exigido, não é a condicionante implícita de recomendações, existe o
896 iato e existe as competências ambientais, decorrentes é lógico, nós temos a
897 competência, que são, os aspectos da qualidade, os aspectos da fluente, todo o aspecto
898 de mitigador, e essa outra partida que é exatamente essa competência, do nível de
899 segurança do trabalho, então é por isso que a gente deve colocar bem, embora seja
900 concomitante, que a gente crave essa situação num nível se competência, eu acho que,
901 normalmente, mesmo aqui nessa situação, a forma como foi colocada e justificada no
902 contexto do parecer técnico e no parecer jurídico, né, essa contemplação já ta bem
903 explicitada aqui, eu acho que não caberia fazer uma recomendação e as vezes nem uma
904 moção, porque isso aqui implica, uma situação, que nós tenhamos que abrir um grau de
905 discussão que, envolverá segurança do trabalho, envolvimento com Corpo de Bombeiro
906 e uma série de outras questões, que se, tão mais lastreadas em aspecto de segurança,
907 envolve: agencia nacional do petróleo, nas seguranças que ela estabelece, ela sim, eu
908 lembro exatamente de uma manifestação, dado pelo Dr. Eduardo Barcelar, que, ela



909 sim, ela ta inserida nesse contexto, como, ou como fiscalizadora da atividade do posto
910 de petróleo, ela exige essa adequação efetiva na forma de treinamento, inclusive
911 cobrando, de todos os funcionários, a situação de treinamento, outras coisas mais,
912 independente do processo, ser posto, estar dentro da zona urbana, ou em zona rural, ele
913 tem uma norma específica, ta certo, estabelecido pela pela NP, ta certo, então é isso que
914 eu gostaria de colocar. **José Joaquim de Castro Freitas Pereira – Prefeito de São**
915 **Domingos do Prata** – Sr. Presidente, pela ordem, a minha sugestiva é que apenas o
916 técnico quando for verificar, quando for vistoriar o posto, e ai como a Cássia disse, ela
917 solicita e é apresentado, que coloque aqui, porque o que tem aqui é de 2002, só isso
918 senhor presidente. **Rogério Noce Rocha - Superintendente de Política Ambiental da**
919 **Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável** – é porque isso,
920 como a própria, a Cássia falou, isso ta no bojo das recomendações específicas de
921 comportamento que a FEAM estabelece e que está lá no termo de referência, quando o
922 empreendedor assumi a postura, o termo de referencia de um posto de gasolina é um
923 termo que estabelece, toda essa posição, ele é obrigado a apresentar essa situação,
924 apenas aqui no caso, teve uma ressalva, que o próprio conselheiro Franklin colocou, que
925 ele não manifestou a colocação no temário, de como foi o teor, do treinamento, ele
926 treinou, treinou, agora ele não colocou foi exatamente a especificação de quais pontos
927 de treinamento colocados aqui, e isso é cobrado, e é uma falha que vai ser exigida nos
928 graus de treinamentos subseqüentes, porque um treinamento desse não é feito uma vez
929 na vida e morreu não, ele é exigido pela NP, a NP exige esse treinamento até por força
930 do **tenover**, existente do posto de gasolina, que é muito alto, né, Leonardo. **Leonardo**
931 **Castro Maia – Procuradoria Geral de Justiça (PGJ)** - Sr. Presidente, é, eu acho
932 que eu vou sugerir a uma solução aqui vai satisfazer a todos. Considerando esse caso
933 específico, né, constou, essa observação no parecer técnico, mas não discorreu sobre o
934 conteúdo do curso aplicado, né? A sugestão seria que fosse colocada a condicionante
935 com a seguinte redação: realizar o treinamento dos frentistas e demais funcionários do
936 empreendimento, que deverá, é, do empreendimento, no prazo de 60 dias, como tava
937 aqui, tendo como base a orientativa, os termos de referência, PC e etc, etc, elaborados
938 pela FEAM, é, apresentando o conteúdo do curso aplicado. Uma condicionante assim,
939 eu acho que soluciona o problema. **Rogério Noce Rocha - Superintendente de**
940 **Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento**
941 **Sustentável** - É nesse caso específico ai, a forma pode ser conduzida, é exatamente a
942 exigência que, que eu quero crer que a própria manifestação dentro do corpo do parecer
943 técnico, ta bem claro essa situação, porque é obrigação do termo de referencia da
944 apresentação, então o próprio analista, ao fazer essa situação da análise, declarar isso
945 pra efeito da própria análise pra vocês todos, né, no contexto da análise, vai ta la muito
946 claro que ele cumpriu sua tarefa, cumpriu essa exigência que tava na recomendação, e
947 não configurar, nesse caso específico pela, pela manifestação clara, eu acho que é
948 pertinente, nesse caso específico, né, então eu gostaria de colocar, né, nesse ponto, nessa
949 fase, e que sirva exatamente de alerta, porque vai ser colocado aqui, e depois perguntará
950 como é que nós faremos na situação daquela gente né, isso tem que ser cobrado e o
951 analista tem que colocar, lá, no texto, né, pra informar aos conselheiros, no julgamento,
952 ok? Ok? Ta todos entendidos? Bom, então em função desse ponto, em função do ITEM
953 9.3, daquilo que foi discutido aqui e consensado, eu vou, colocar então em julgamento,
954 na forma do parecer técnico, parecer jurídico, que foi apresentada e em seguida
955 julgando a introdução nesse caso aqui de uma nova condicionante, da forma como foi
956 apresentada aqui pelo conselheiro Leonardo, e em consenso, exatamente, colocar isso,



957 para que seja aprovado pelos senhores para que, e estará contido na folha de rosto que
958 estará, apensada e informada ao empreendedor, coloco em julgamento então Auto Posto
959 Magalhães e Cia Ltda, em Ipatinga, Minas Gerais, na forma do parecer técnico, parecer
960 jurídico, o que aprovarem o parecer técnico, parecer jurídico, permaneçam como estão,
961 os que gostarem de se manifestarem, declarem seu voto, APROVADO. Pois não,
962 **Waleska. Waleska Bretas Armond Mendes – Universidade do Vale do Rio Doce**
963 **(Univale)** - que seja feito uma ressalva que o empreendimento, é em Ipatinga, Coronel
964 Fabriciano e Timóteo, e essa condicionante consta nos dois outros, nas duas outras
965 cidades também, então deveriam ter a mesma redação na condicionante. **Rogério Noce**
966 **Rocha - Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio**
967 **Ambiente Desenvolvimento Sustentável** - Não, é, a situação da votação é o seguinte,
968 ela ta considerando, nós vamos entrar em processo desse ponto, ta certo? Em relação a
969 uma identidade, de pontos de condicionante daquilo que o próprio conselheiro
970 Leonardo, acrescentou que está ausente desse ponto, então não ta nenhuma
971 novidade,tendo em vista que é adequação, uma padronização tendo em vista que é o
972 mesmo empreendedor, ele vai receber o mesmo tipo de informação, correto? É um
973 padronizado de informação, consta dos demais, dos outros dois processos do mesmo
974 empreendedor, ok? Entendido, os senhores? Ta, então a aprovação dada pelos senhores,
975 a nova condicionante tem a ver com o que o Dr. Leonardo aqui ajustou, e foi ajustado
976 num padrão único na forma que a própria conselheiro Waleska fez, ok? Vai colocar na
977 folha de rosto, ta certo? Ela, ela tem adequação na condicionante, mas vai ser uma só, a
978 padronização é uma só, depois eu falo com você, ta. Bom, encerrado esse item 09 ponto,
979 com os 11 processos, nós entraremos então no item ponto 10, antes disso, eu gostaria de
980 fazer uma parte, em relação ao ponto que foi colocado na nossa última reunião em
981 Teófilo-Otoni , é, na época e na oportunidade, o Dr. Shelly de Souza Carneiro, fez uma
982 locução exatamente através de um trabalho que tava, que vem sendo feito, pela
983 FAEMG, é um trabalho de vulto, é um trabalho que envolve um esclarecimento da
984 comunidade, do que seja hoje o processo de licenciamento e a interação do processo de
985 licenciamento, tem uma cartilha, e ele solicitou exatamente, ao Afonso que pudesse
986 exatamente difundir, esse tipo de trabalho no âmbito nosso, que na oportunidade foi só
987 mostrado essa cartilha, e eu gostaria de passar a palavra para o Afonso pra ele mostrar e
988 entregasse pros senhores esse documento de valor inestimável para o setor ambiental e
989 logicamente para o setor agrícola, né? E que vai ser, infelizmente ele foi, teve uma
990 tiragem de 20.000 exemplares apenas, e não vai dar nem pra fritar bolinho, é, a gente ta
991 vendo exatamente a forma como melhor adequar esse tipo de divulgação, porque a
992 amplitude desse trabalho, e a forma como foi elaborado é, atinge o raio adequado, uma
993 perfeição em termo de informação, né, e que se ajusta naquela mesma linha em que a
994 FIEMG também, ta acertando né que vai ser um segundo documento para a área
995 industrial, e queremos ainda que outros, que outros, seguimentos a fazer trabalhos
996 semelhantes, Afonso com a palavra. **Afonso Luiz Bretas – Federação da Agricultura**
997 **e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG)** – é, conforme anteriormente a
998 gente havia prometido, nós trouxemos aqui, alguns exemplares, bem, é, da cartilha
999 elaborada pela Federação da Agricultura, que ta dentro do programa, nosso ambiente,
1000 ou esse programa nosso ambiente, não se resume, só nessa cartilha, eu quero aproveitar
1001 aqui pra difundir o trabalho que a Federação vem fazendo, ela tem um concurso para as
1002 escolas que esse ano vai completar, já deve ter completado, eu acho que um milha, um
1003 milhão e duzentas mil crianças só esse ano para o treinamento de, com relação ao meio
1004 ambiente, professora já passaram de vinte e sete mil que foram, digamos, receberam



1005 treinamento especial para passar essa instrução aos estudantes, da, do, do, da rede
1006 pública, esse programa começou com apenas duzentos mil e já chegamos, por ano, e já
1007 chegamos a um milhão e duzentos, mas, essa cartilha aqui, ela tem um objetivo de
1008 instruir aos produtores rurais para ter uma melhor, um melhor entendimento, com mais
1009 concisão, o que, que, é que tudo, todas as obrigações que ele tem para com o meio
1010 ambiente, como agora, nós temos que fazer também, o licenciamento ambiental, a nossa
1011 cartilha inicial foi, a ela foi aditado, adicionado, o, o, mais esse capítulo, de
1012 licenciamento ambiental, então aproveito aqui a oportunidade para difundir essa
1013 cartilha, aqui nós temos na FAEMG, um departamento exclusivamente voltado para o
1014 meio ambiente, nós também participamos no, no, no conselho estadual de recursos
1015 hídricos, é, onde também um acento, temos também no, no Conselho Nacional também
1016 temos, através do, da CNA também participamos lá, eu quero que vocês atentem aqui
1017 para, talvez eu até não tenha, talvez eu não posso informar com garantia, mas acredito
1018 que essa cartilha pode ser encontrada no, no, site da FAEMG, no verso aqui, existe aqui
1019 o endereço completo da Federação, na Av. Candaraí, Belo Horizonte, não vou entrar
1020 nos detalhes, e tem o site logo em seguida da Faemg, provavelmente pra aqueles que
1021 não tiverem interesse de fazer consulta nessa cartilha, e não conseguirem a cartilha em
1022 si, poderão fazer através do site, no mais eu agradeço a todos aqui e vou passar para os
1023 membros do Conselho, alguns exemplares que eu trouxe, conforme prometido na
1024 reunião passada, muito obrigado. **Rogério Noce Rocha - Superintendente de Política**
1025 **Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável –**
1026 obrigado Afonso, bom, eu vou passar então, ao item 10 da pauta, sob a forma de
1027 apresentações daquela que eu falei pros senhores, haverão duas apresentações em
1028 seqüência, essa do Instituto Terra e a apresentação do Termo de Referência em
1029 Educação ambiental, e gostaríamos que os conselheiros nos ouvissem bem, porque é
1030 uma parte muito importante de um processo que será, receberá de vocês, críticas,
1031 instruções e servirá como instrução ao aprimoramento desse documento pra que o
1032 documento venha ser, voltar a nossa Câmara de Política Ambiental, ser julgado e ser
1033 levado ao plenário do COPAM, pra de uma certa maneira no futuro vir a ser inserido
1034 como condicionante como, o, como, é, exigência específica da área de, é, licenciamento
1035 ambiental, e além dele um outro ponto que vai ser elaborado, que vai ser, é, apresentado
1036 pros senhores, de uma certa maneira, que é a revisão da DN 29, se for possível a
1037 presença dos senhores, a gente gostaria de agradecer, pra que isso fosse bem entendido,
1038 bem assimilado pelos senhores, nesse sentido então eu coloco, primeiro ponto 10, o item
1039 ponto, **ITEM 10 - Ações do Instituto Terra no município de Aimorés.**
1040 **Apresentação: Instituto Terra. Alexandre Magrinelle – Coordenador**
1041 **(NARC/Leste Mineiro) –** Senhores conselheiros, aos seus lugares, apresentação, por
1042 favor. **Ricardo Salgado – Superintendente do Instituto Terra –** Boa tarde! O
1043 Instituto Terra é uma associação, não, é uma associação, uma sociedade civil, sem fins
1044 lucrativos, com o propósito de trabalhar na área ambientalista, recuperação, educação, e
1045 trabalhar também no desenvolvimento sustentável, e o nosso foque é o médio rio doce.
1046 O, nós fomos fundados em 2001, em cima de uma RPPN criada numa região, numa área
1047 degradada, essa RPPN é a Fazenda Vulcão, foi, e foi fundada, foi criada em 1998, hoje
1048 nós vimos trabalhando com a parceria das prefeituras e região, assinamos hoje também,
1049 com a presença do nosso prefeito, um convênio com as prefeituras do, do, da Bacia do
1050 Guandu, do Rio Guandu, Baixo Gandu, Brejetuba, Afonso Claro, laranja da terra, e já
1051 estamos com um processo e uma parceria com a prefeitura, que desde 2001, onde
1052 trabalhamos com os professores da rede municipal do ensino fundamental. Todos os



1053 professores foram treinados e em cima dum. Todos os professores têm sido treinados e
1054 dentro da parte, ambientalista, com foco de educação ambiental, e toda a rede primária,
1055 primária fundamental, particular, pública, foi capacitada, foram mais de 600 professores
1056 que passaram por isso. Hoje fazemos o mesmo trabalho, com a prefeitura de Guandu,
1057 com os professores de lá, nosso propósito, nosso entendimento, e, na linha de Educação
1058 Ambiental, é que, toda mudança, uma mudança sólida, uma mudança consistente, ela
1059 passa pela educação, a formação de uma nova geração, com a educação. O propósito da
1060 nossa instituição, é que tenhamos, que deixemos para os nossos filhos, um mundo
1061 melhor do que eu tive, do que recebemos dos nossos pais. Ah, é! A fazenda Vulcão, é
1062 uma fazenda de gado, as imagens tão passando ai, e quando começou ali, chegou a ter
1063 até 1.300 cabeças, ao fim do, do, da vida do proprietário anterior, que é o pai do
1064 Sebastião Salgado que é o nosso presidente, ela não suportava 300 cabeças, então isso
1065 mostro o empobrecimento, um fato claro, o empobrecimento da terra, e da região.
1066 Aimorés é, é uma cidade que já teve no início da década de 60, mais de 40 mil
1067 habitantes, hoje, está com, um redor de 25.000, o êxodo não é apenas o êxodo rural, mas
1068 o êxodo da região, é uma fulga, é uma evasão muito séria que a administração
1069 municipal e estadual, tem que estudar, estudar isso com seriedade, nós, diante desse
1070 problema, nos propusemos a ajudar com trabalho junto aos produtores, onde nós
1071 trazemos recursos de fora, todo o projeto é financiado com suporte do governo estadual,
1072 governo federal, e doadores particulares da América, dos Estados Unidos da América,
1073 da Europa e do Japão, e instituições como: o Banco mundial, como o, a Província de
1074 Roma, a província da Emília Romana, então todos o, todo o, a movimentação tem sido
1075 feita no sentido de trazer recurso de fora da região para enriquecer a região. Os
1076 produtores, com os quais nós temos ultimamente trabalhado, num processo, em parceria
1077 com a prefeitura, eles tem sido, é, digamos assim, massificado com informações, com
1078 intuito de poderem usar melhor a terra, e com isso ter, é, não ter que, sair pra ter uma
1079 vida digna e poder, é, usando melhor a terra, com mais eficiência, ter mais área pra
1080 poder recuperar. O, nós trabalhamos com processos, também de recuperação ambiental,
1081 dentro da nossa instituição, nós temos, esses, o segmento de educação do qual eu falei,
1082 nós temos um segmento de recuperação ambiental, com o propósito de exemplificar,
1083 não é um modelo, provavelmente não é um modelo que sirva para todos, mas é um
1084 modelo com o propósito de ser um emblema, é um processo emblemático, esse pelo
1085 qual nós passamos e trazemos pra região, nós queremos mostrar que é possível mudar a
1086 face da terra, é possível trazer de novo a cobertura vegetal, talvez não na forma como
1087 era originalmente, mas trazer uma nova cobertura vegetal, densa, e, tornar essa região
1088 um pouco mais agradável de se ver. Hoje, com o risco de desertificação do Rio Doce,
1089 nós somos um, nós estamos criando uma alternativa pra mostrar para região que
1090 algumas áreas devem ser preservadas, podem ser preservadas. Nosso, nosso passo
1091 subsequente, foi criar uma escola para formação de técnicos em áreas degradadas, então
1092 nós temos, pegamos os técnicos de escolas agrícola, e estamos dando uma capacitação,
1093 um curso de 02 anos para a capacitação em técnicos de recuperação em área degradada.
1094 Esses técnicos, isso é feito com o suporte da Unesco e da CST, e esse projeto, ele é tão
1095 inovador, que fomos convidados pela Unesco a apresentar num seminário em Nanci, a
1096 Gladis, nossa gerente esteve lá, apresentando nosso projeto de formação de técnicos em
1097 área degradada, de recuperação de área degradada. Agora, o, na semana passada nós
1098 participamos de uma reunião, de Organizações não Governamentais, em, eu ou a
1099 apresentação que é bonita? A reunião de vocês não foi lá porque ele não quis, nós
1100 botamos o espaço a disposição, eu só peço é desculpa a vocês por ta falando aqui,



1101 porque eu tenho, tenho parkison, então ta meio em onda, aqui a fala, eu vou parar e
1102 deixar vocês ver as fotos, voltando, então, a nossa linha, é, de educação, além de
1103 trabalhar com os professores, com os alunos do ensino fundamental, nós temos agora
1104 uma escola de especialização, de formação de técnicos em áreas degradadas, de
1105 recuperação de áreas degradadas e desenvolvimento sustentável. Esses técnicos, nós
1106 temos capacidade de absorver 15 técnicos dentro da nossa instituição, é um programa de
1107 02 anos, ele é todo sustentado pela Unesco e pela CST, e, agora como eu dizia antes de
1108 ser brutalmente interrompido pela apresentação, é tiver, apresentamos na, numa, num
1109 congresso promovido pela Conservação Internacional, esse projeto, e ele é, muito
1110 provavelmente será levado agora, pro sul da Bahia, eles gostariam de mandar os
1111 técnicos aqui, pra se submeter, ao treinamento, mas seria, pra nós é inviável, porque se
1112 nós treinarmos técnico de fora, estaremos tendo dificuldade pra treinar os, os daqui, e as
1113 condições não são muito idênticas, né, tem, é, as **indiocicrazias** de cada região que deve
1114 ser tratadas lá em particular. Então nós estamos os propondo a ajudar a desenvolver um
1115 projeto similar, no sul da Bahia, e provavelmente eu espero que breve, nós possamos
1116 levar pra outras regiões esse projeto. Aqui, o nosso, a nossa atuação, ela é 100% focada
1117 no meio ambiente, mesmo quando a gente trabalha junto com os produtores, o foco é
1118 que eles possam produzir mais, usando menos área e trabalhando em cima do meio
1119 ambiente. Nós temos um, para suplementar isso, nós temos um viveiro, que hoje está
1120 com a capacidade, está programado pra fazer, esse ano, 600 mil mudas, trabalhando
1121 estritamente com mudas nativas, já desde a, dès da inauguração, digamos assim, do
1122 viveiro, nós já trabalhamos com seiscentas espécies distintas, cada ano a gente trabalha
1123 com mais ou menos, ao redor de 200 a 220 espécies distintas, depende da capacidade de
1124 floração, das características de cada espécie, o. Pra poder complementar nosso trabalho,
1125 nós tivemos conversando com o pessoal do COPAM e estamos nos dispondo a ser um
1126 parceiro, junto as pessoas, as entidades que tenham problemas ambientais, nós temos
1127 condição de fornecer projetos, discutir projetos, fornecer mudas, é, buscar soluções para
1128 este problemas, este é o nosso propósito, pra isso que nós estamos aqui, mostrar a
1129 instituição, ela foi fundada pelo Sebastião Salgado que é um fotógrafo, em 98, com o
1130 apoio da esposa dele, e, hoje os nossos parceiros, eu repito, são basicamente parceiros
1131 internacionais, essa instituição, infelizmente, ela é mais conhecida, fora do Brasil, do
1132 que aqui. Os nossos parceiros são múltiplos, nós trabalhamos também, não é muito o
1133 foco de vocês, mas nós trabalhamos também na área, no setor cultural, porque a
1134 educação ela tem que ser completa, não adianta, é, formar um engenheiro que não saiba
1135 entender um filme, um livro, é, não consiga compreender a vida como um todo, então
1136 nós temos um cinema, nós temos um teatro lá dentro, pra atender a comunidade, onde a
1137 gente tenta dar a comunidade aqui ao nosso arredor, não apenas Aimorés, condições pra
1138 que, é, não haja necessidade, não haja qualquer intenção, de se sair da região, a região
1139 pode oferecer, a todos o que eles tem em qualquer grande centro, e até mais vantagens,
1140 como: segurança, tranqüilidade, e uma vida menos estressante. O, é, esse é basicamente
1141 o nosso propósito: educação, cultura e recuperação ambiental. Na parte de, então eu
1142 repito, o nosso propósito aqui é nos colocarmos como parceiros de vocês, até dos, dos,
1143 vamos dizer assim, dos empreendedores como um, uma alternativa de solução. Nós não
1144 estamos, nós não somos uma empresa, comercial, não visamos lucro, o que nós
1145 estaremos sempre discutindo é uma solução, que seja conveniente para todos, para a
1146 sociedade, é pro nosso arredor. Ta bom? Alguma questão? **Rogério Noce Rocha -**
1147 **Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente**
1148 **Desenvolvimento Sustentável – Ricardo! Ricardo Salgado – Superintendente do**



1149 **Instituto Terra** – pois não. **Rogério Noce Rocha - Superintendente de Política**
1150 **Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável –**
1151 **É**, pelo nível de apresentação, eu como presidente da reunião, agradeço demais a
1152 apresentação, isso ai, é um modelo que se apregoa dentro do Brasil, como um modelo
1153 singular, na verdade é um modelo novo, né, tam mais ou menos 05 anos que ta sendo
1154 empreendido, ele realmente é mais conhecido lá fora do que aqui, ele tem esse impacto,
1155 ele ta, tentando modificar, ele tem o aceno em relação ao problema de recuperação de
1156 áreas degradadas, principalmente da mata atlântica, né? Pra se mostrar um exemplo, que
1157 é um setor básico, isso não inviabiliza que possa ser reaplicado em outros tipos de
1158 modelo de outra estrutura, que hoje o próprio Instituto Terra tem como fator de
1159 informação, pra outros setores, até no aspecto do cerrado, onde nós temos uma
1160 degradação intensa em relação a esse processo, e fazer alusão que, um modelo desse, é
1161 um modelo da virada do milênio, né, e que nós temos um exemplo típico, que todo
1162 mundo conhece, de uma certa maneira que foi feito no passado, precipuamente, pelo
1163 poder, necessitando de recuperar uma área que era do próprio Rio de Janeiro, que é a
1164 Floresta Nacional do Tijuca, né, que nós temos hoje, um passado de praticamente 100
1165 anos, que a Floresta da Tijuca é um antigo viveiro de café, fazenda de café, era uma
1166 fazenda que morreu, era uma fazenda que de, de café que não tinha mais nada e ficou
1167 abandonada, e que por, pelo aspecto de espontaneidade e indução do próprio governo da
1168 época, é, capital da República, que fez aquele em potencial, que nós temos hoje, a
1169 Floresta Nacional da Tijuca. O que se quer aqui é, um tipo de modelo, bem
1170 caracterizado, que venhamos a fazer a recuperação e que sirva de modelo, e esse modelo
1171 aqui, que tem muito a mostrar e tem muito a aprender também, tem muito a induzir, né,
1172 na comunidade como um todo, e, é um modelo representativo, e é isso que faz parte do
1173 trabalho do Conselho Estadual de Política Ambiental, ou seja, mostrar o que realmente
1174 existe, ativamente em processo de recuperação, porque um dos itens mais fundamentais
1175 nessa nova, nesse novo trabalho que está sendo ensejado por essa regionalização, um
1176 dos itens mais importantes diz respeito aos indicadores ambientais, isso aqui é um dos
1177 indicadores ambientais, que nós vamos exigir, ou seja, a recuperação das áreas
1178 degradadas, a recuperação em termo, com relação a essa recomposição da composição
1179 vegetal, até por indução dentro da agenda verde e da agenda azul, pra não falar da
1180 agenda marrom que é indutiva, né, isso ai é, é muito fundamental, ta certo? Eu vou
1181 colocar então exatamente do ponto de vista, do que o Ricardo aqui colocou, abrir
1182 abertamente a discussão e apresentação por cada um dos senhores conselheiros, né,
1183 passo a apalavra aqui para o Dr. Alexandre, nosso coordenador da parte regional, pra
1184 que em seguida vocês possam manifestar a respeito dessa palestra, perguntando ao
1185 Ricardo pra que no final possa adensar mais informação a respeito dessa que é do
1186 Instituto Terra, Alexandre. **Alexandre Magrinelle – Coordenador (NARC/Leste**
1187 **Mineiro)** – obrigado senhor Ricardo pela apresentação, não só pela apresentação, que
1188 teve a gentileza e nos atendeu, nós caímos de pára-quedas lá no Instituto, me mostrou
1189 todas as instalações, deixou o pessoal à disposição, agradeço muito ao Instituto, é, já
1190 queria oficializar, aqui, vai ser feito depois um ofício, já queria oficializar o Instituto, é,
1191 ano que vem nós estaremos realizando o encontro regional de meio ambiente, aqui no
1192 Leste Mineiro, ano que vem a data, já oficializar o Instituto o convite pra que faça uma
1193 apresentação, também, sobre o trabalho deles voltados pra municípios, que tem interesse
1194 nesse tipo de recuperação, pra ano que vem, e também oficializar o convite que o
1195 Sebastião Salgado que é o fundador dessa grande obra, é, se possível, possa fazer a
1196 palestra de abertura desse encontro, e transmita a ele depois, nós estaremos conversando



1197 com ele pessoalmente, mas pra frente. Passo a palavra para os conselheiros, conselheiro
1198 Tiago. **Tiago Teixeira Dornas – Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA)** – é, eu
1199 gostaria de perguntar ao Ricardo, duas questões que tão juntas, pra fazer uma
1200 explanação depois, é esses 676 hectares, são ARPPN, a fazenda toda é uma ARPPN? E
1201 se em toda ARPPN, em toda ela, há um manejo florestal igual vocês fazem pra acabar
1202 com a, com as espécies invasoras ou se é só naqueles 30 hectares que tão colocados
1203 aqui? **Ricardo Salgado – Superintendente do Instituto Terra** - Não a fazenda não é
1204 toda ARPPN, não. Nós temos 50 hectare, que não são, não fazem parte da ARPPN,
1205 onde tão instalado a sede, o centro de educação, fora disso, nós temos além da parte de
1206 recuperação, de replantio, nós temos alguns pastos, de recuperação, nós temos algumas
1207 áreas de aroeira, onde a gente ta fazendo um trabalho de, de manejo de aroeira pra achar
1208 soluções, que isso é um problema aqui na região e a gente ta tentando fazer com que
1209 isso ao invés de ser um problema, seja uma alternativa de renda para o, para o
1210 proprietário aqui da região, né. **Tiago Teixeira Dornas – Instituto Mineiro de**
1211 **Agropecuária (IMA)** – eu só gostaria, eu fiz essa pergunta, eu gostaria agora de fazer
1212 uma provocação aos colegas conselheiros inclusive, embora, isso deva ser levado pra,
1213 pra Câmara de Política Ambiental, eu acredito e até as RPPNs devem fazer um
1214 levantamento se isso é positivo ou não, eu acho que o **SNUC**, como ele foi criado,
1215 colocando as RPPNs sem possibilidade nenhuma de manejo, isso é um, é uma
1216 atravancamento na criação de algumas RPPN, porque a RPPN fica engessada como um
1217 parque, as pessoas num podem fazer manejo, se o cara tem uma área de aroeira, ele,
1218 decreta uma RPPN, ele não pode transformar aquilo numa unidade de conservação,
1219 realmente viável do ponto de vista da conservação, porque ele só pode ter turismo ou
1220 pesquisa, ele não pode retirar nem uma madeira pra plantar uma árvore nativa, ele não
1221 pode nem se quer plantar uma árvore nativa, então é uma proposta que a gente já ta
1222 estudando, ta questionando já mandei e-mail pra alguma associações de RPPNs, pra que
1223 parta aqui do NARC, do COPAM do Leste Mineiro, uma proposta pra Câmara de
1224 Política Ambiental, pra talvez, no Estado de Minas, como um modelo, criar uma nova
1225 legislação relativa a RPPNs, porque da forma que ela é hoje pelo Sistema Nacional e
1226 Unidade de Conservação, fica engessada, simplesmente pelo fato de não poder ter
1227 manejo, é claro que alguns manejos, tem que ser compatíveis com a atividade de
1228 conservação, não digo todo manejo, mas alguns deveriam ser positivos, como por
1229 exemplo: o preço de enriquecimento de espécies, que não pode ser feito em hipótese
1230 alguma nem mesmo coleta de sementes, então a pergunta foi feita, pra criar e os
1231 conselheiros que tiverem acesso a esse tipo de informação, já tarem estudando pra que
1232 daqui pra frente a gente possa, numa nova oportunidade com mais tempo, ta tentando
1233 chegar num consenso, aqui, sobre uma proposta nesse sentido. **Alexandre Magrinelle –**
1234 **Coordenador (NARC/Leste Mineiro)** – a palavra, com mais alguém? Conselheiro, só,
1235 pela ordem, o conselheiro Joaquim. **José Joaquim de Castro Freitas Pereira –**
1236 **Prefeito de São Domingos do Prata** – Sr. Presidente, eu fiz umas considerações aqui,
1237 e, a propósito, o fotógrafo, Sebastião Salgado, ele tem um brilho na cabeça, não pelo
1238 mérito da calvície, mas pela inteligência que é peculiar e a gente sabe disso, e, eu queria
1239 convidar o Ricardo do Instituto Terra, a estar lá em São Domingos do Prata, conosco,
1240 numa oportunidade, que poderemos ta marcando, que pode ser inclusive, diferente da
1241 próxima reunião, dependendo da agenda de vocês, e, para que nós possamos também
1242 ensinar o povo, **prateano** de como se trata as questões ambientais, e as RPPNs, ademais
1243 pra, e finalizando essa reunião, a próxima senhor presidente, será mesmo em São
1244 Domingos do Prata? Eu posso assim estar, tranqüilamente com isso, Sr. Presidente?



1245 **Rogério Noce Rocha - Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de**
1246 **Estado Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável** – Antecipando a parte final, a
1247 próxima vai ser em São Domingos do Prata e a seguinte, marcada em Ipatinga, ok? **José**
1248 **Joaquim de Castro Freitas Pereira – Prefeito de São Domingos do Prata** – Bom, é,
1249 Sr. Presidente, continuando, com relação a reunião que nós vamos ter em São Domingos
1250 do Prata, eu queria convidar os conselheiros, que se pudesse, se possível for, Ricardo,
1251 Alexandre, é, que chegassem em São Domingos do Prata, no dia anterior, e como hoje,
1252 nós pudéssemos fazer também um passeio lá pela nossa cidade, e embora, seja um
1253 passeio mais curto, eu vou te explicar o porque lá nós temos uma usina de tratamento de
1254 lixo, que a FEAM, recentemente me mandou um ofício, na qualidade de prefeito que
1255 sou daquela cidade, e, solicitando uma visita dos técnicos da FEAM, para que esse
1256 pudessem passar para outros municípios, de outras localidades, o exemplo, de como se
1257 trata o lixo, na cidade de São Domingos do Prata, e eu fiquei muito feliz, por isso, porque
1258 peguei aquele município com aquela usina em verdadeiro estado de lixo, e consegui
1259 arrumá-la e adequá-la as normas ambientais agora. Por outro lado, nós temos, também
1260 uma fundação que chama Fundação Monique de Clair, que cuida hoje de
1261 aproximadamente de crianças, com idade escolar, em São Domingos do Prata não tem
1262 problema com criança abandonada graças a Deus e graças ao grande trabalho da
1263 mentora da fundação que é Monique de Clair, e também seria uma honra levar os
1264 conselheiros a fazer um convite a esta fundação. E por último, o último passeio e eu
1265 acho que todos os conselheiros iriam gostar, e é até uma sugestão da Waleska, que é, a
1266 Fábrica de Laticínios de Produtos do Prata, aquele produto que eu tive, que eu trouxe
1267 aqui, para os conselheiros, da penúltima reunião que eu participei, então Sr. Presidente,
1268 pra poder finalizar, Ricardo, você ta convidado ai, estar em São Domingos do Prata,
1269 conosco, nós vamos agendar direitinho, vou entrar em contato com vocês direitinho, já
1270 quem puder ir no dia 1º de julho, será ótimo pra gente poder ta discutindo isso também,
1271 a gente abre um tempo pra poder ta discutindo, na agenda da programação do COPAM
1272 para esta apresentação, obviamente estará lá, vários produtores rurais, aprendendo,
1273 sabendo o que é o COPAM, porque eu vou convidá-los, eu vou encher aquilo lá, se
1274 Deus quiser, faz parte São Domingos do Prata, é uma cidade festiva e faz parte da nossa
1275 história convidar o povo pra poder assistir e participar, ta. Ta bom, Ricardo? É isso?
1276 Obrigado pela participação, fala Tiago. **Tiago Teixeira Dornas – Instituto Mineiro de**
1277 **Agropecuária (IMA)** - Gostaria de propor que você programasse uma festa porque vai
1278 ser aniversário da nossa assistente do Copam, então você faz a festa de aniversário dela
1279 lá. **José Joaquim de Castro Freitas Pereira – Prefeito de São Domingos do Prata** -
1280 Eu até anotei aqui, né, pra poder dizer que no dia 1º de julho, dia, né, é aniversário da
1281 assessora jurídica do COPAM, a Drª Luciana, e que obviamente, São Domingos do
1282 Prata vai fazer uma festa pra você, justamente porque é uma cidade festiva. E, eu quero
1283 agradecer a gentileza do prefeito Milton também, de nos receber aqui, como prefeito, e
1284 convidá-lo a estar conosco lá prefeito, é, na nossa cidade, eu não sei se o Sr. já conhece,
1285 mas, sim, então Sr. vai ver que nossa cidade mudou um pouquinho e precisa de algumas
1286 considerações, algumas melhoras, o sargento vai também, um abraço. **Alexandre**
1287 **Magrinelle – Coordenador (NARC/Leste Mineiro)** – continua aberta a palavra,
1288 Ricardo, acho que queria falar alguma coisa? Pode falar Ricardo. **Ricardo Salgado –**
1289 **Superintendente do Instituto Terra** – eu só queria agradecer a oportunidade e, só, só,
1290 pra explicar a nossa forma de pensar, o, aquela estátuazinha que está ai é o Dom, Dom
1291 Quixote de Las **Quemadas**, é, é o exemplo do que nós encontramos nessa região quando
1292 chegamos. Esperamos mais tarde ao invés de ter isso aqui, ter um, uma peroba, alguma



1293 coisa mostrando o norte. **Alexandre Magrinelle – Coordenador (NARC/Leste**
1294 **Mineiro)** – gente, mais um conselheiro só por favor pra fechar. Afonso! **Afonso**
1295 **Aparecido dos Santos – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de**
1296 **Minas Gerais (FETAEMG)** – eu queria, é, diante da explanação do Ricardo ai né, me
1297 fez lembrar de muitas coisas aqui no momento, é, depois também nesse, nesse inscrito
1298 aqui, que a gente achou em cima da mesa, isso me preocupou bastante com a minha
1299 região do Alto Rio Doce, e também o Alto Jequitinhonha, né, porque lá há onde a gente
1300 encontra jaguatirica, ainda a gente pode tomar uma água na mão, e, acontece o seguinte,
1301 e o que a gente vê lá hoje no dia a dia é o desmando com a mata nativa, acabando com
1302 isso, e o que me fez preocupar, é que quando a gente vê essa explanação, e correndo
1303 atrás pra recuperar uma coisa que foi perdida, e nós tão correndo o risco lá de perder o
1304 que nós temos, que é uma riqueza enorme, que é onde eu vou ta falando aqui, de
1305 Sabinópolis, Matelândia, Rio Vermelho, Santo Antonio do Itambé, Serra Azul de
1306 Minas, Serro, Conceição do Mato Dentro, Senhora do Porto e Guanhães, que é aonde
1307 são as cidades que integra, integra aquele núcleo e que ta sendo destruído toda mata
1308 nativa. **Ricardo Salgado – Superintendente do Instituto Terra** - Bom, seguramente,
1309 manter é muito mais barato do que recuperar né, o senhor tem que lutar por isso, eu
1310 acho que todos nós temos que lutar pra preservar o que temos, e tentar recuperar o
1311 mínimo possível. **Alexandre Magrinelle – Coordenador (NARC/Leste Mineiro)** -
1312 Bom, eu gostaria de agradecer o Ricardo, e chamar a Dr^a Idarci da Semad pra próxima
1313 apresentação do ponto 11, justificado, a Dr^a Idarci com a apresentação sobre a
1314 Interferência da Educação Ambiental nos processos de licenciamento. **ITEM 11 -**
1315 **Termo de Referência da educação ambiental no processo de licenciamento.**
1316 **Apresentação: SEMAD. Idarci Lasmar - Diretora de Educação e Extensão**
1317 **Ambiental - (SEMAD)** – bom, boa tarde! Boa tarde a todos, né, apesar do cansaço de
1318 todos vocês e de todos nós, mas, realmente eu acho que vai valer a pena vocês ouvirem
1319 isso, sugerirem depois o que vocês acharem melhor, pra começar essa apresentação, eu
1320 gostaria de fazer uma contextualização antes, pra que vocês entendessem né, como que
1321 surgiu esse processo, esse termo de referencia, eu vou ser bem rápida, é,
1322 contextualizando vocês. Na FEAM, é, estava sempre havendo uma solicitação por parte
1323 da Câmara de Atividades Industriais, que solicitava que houvesse uma, uma diretriz
1324 única, que direcionasse, que orientasse aos funcionários, e aos diretores das divisões,
1325 pra que as solicitações referentes a educação ambiental no licenciamento, não fosse tão
1326 diferenciadas entre as divisões, essa solicitação aconteceu ano passado, teve início por
1327 exemplo com a Glades, a Glades estava na, na SEMAD nessa ocasião, começaram
1328 algumas reuniões e depois houve uma paralisação, foi retomado depois, e foi
1329 contratado, né, de comum acordo entre o IEF, IGAM, FEAM e a SEMAD, houve a
1330 contratação de um consultor que elaborasse a base desse termo de referência, que seria
1331 depois adequado nas discussões que o grupo de trabalho que foi criado, pudesse ir
1332 fazendo posteriormente, então esse consultor, ele teve uma importância muito grande,
1333 pode ir passando por favor. O consultor externo, foi Telson Cresto, e ele fez um trabalho
1334 de pesquisa muito grande, uma pesquisa interna, ele entrevistou todos os funcionários
1335 possíveis, que trabalhavam nas câmaras, na, que trabalhavam nas divisões da FEAM,
1336 que trabalhavam no IEF, no IGAM, ele entrevistou empresários, pra fazer uma
1337 sondagem, do que, que os empresários pensavam a esse respeito, ele conversou muito
1338 também no meio acadêmico, nas Universidades, para adquirir subsídios, então esse
1339 termo de referência, a base dele é uma base que esse consultor fez um excelente
1340 trabalho a partir da, de, da, de todo esse trabalho, de toda essa pesquisa. A partir daí, foi



1341 criado esse grupo de trabalho que ai está, composto por integrantes do SISEMA, do
1342 IEF, do IGAM, da FEAM, da SEMAD, e esse grupo de trabalho, né, começou
1343 realmente a lapidar esse termo de referencia, cada um procurando adequar dentro das
1344 suas necessidades internas, então agora né, vamos, é, colocar o que é realmente essa
1345 proposta de educação ambiental no licenciamento. Esta proposta reflete o pensamento
1346 da casa, quer dizer do SISEMA, certo? Está refletindo o que nós estamos pensando e
1347 sendo colocado pra todos vocês, a todos os conselheiros, em todas as reuniões de
1348 câmaras, todas as reuniões do copam regional, para que vocês possam a partir do que
1349 está aqui, sugerir, alterar, né, fazer, enfim, que vocês possam no decorrer nos ajudar a
1350 enriquecer e tornar mais praticável, mais viável, este termo de referência. Então, o
1351 objetivo fundamental, ele tem como objetivo, é, orientar os empreendedores na
1352 elaboração dos programas de educação ambiental, que serão apresentados para o
1353 SISEMA, né, os empreendedores estarão apresentando para o SISEMA, com base na
1354 Lei Federal da Política Nacional de Educação Ambiental, e do Decreto que
1355 regulamentou essa política, essa Lei. Em princípio, esse termo de referência, ele vai, é,
1356 é, ele estará trabalhando todos os empreendimentos, que estão enquadrados nas classes
1357 05 e 06 no primeiro ano de funcionamento, após a aprovação, né, final de todos os
1358 conselheiros, estará trabalhando as classes 05 e 06 e estará trabalhando também,
1359 somente com os empreendimentos minerário, siderúrgicos, hidrelétricos, loteamentos e
1360 os de silvicultura. O objetivo geral eu já coloquei pra vocês, é dar subsídio ao
1361 empreendedor para que ele saiba elaborar o programa, os programas de educação
1362 ambiental. O público alvo, do programa de educação ambiental, ele está, é, é, dividido,
1363 será a comunidade da área de influencia do empreendimento, e serão os empregados das
1364 empresas, na verdade é todo o funcionalismo da empresa, porque vai desde o seu
1365 presidente até o empregado do chão da fábrica. A metodologia de trabalho, pode mudar,
1366 a metodologia de trabalho do programa ela primeiro, ela segue, repetindo, a, a política
1367 nacional de educação ambiental, que através, dessa, dessa base, estará identificando os
1368 principais potenciais poluidores, e degradadores do empreendimento que afetem as
1369 variáveis ambientais do ar, do solo e da água. Estará também se baseando nas
1370 conclusões apresentadas no estudo de impacto ambiental, e no relatório de controle
1371 ambiental, como também até nas sugestões que poderão surgir a partir das, das
1372 audiências públicas, se por acaso acontecer. Pode passar, esses programas, esse
1373 programa de educação ambiental, ele tem uma estrutura interna bem determinada. O
1374 programa de educação ambiental deverá apresentar, fazer uma apresentação geral,
1375 deverá ter um objetivo geral e específico bem claro, a metodologia que fundamentará
1376 né, o trabalho, e fundamentada também na realidade local, as linhas de ação, quer dizer,
1377 a definição, dos, dos, do trabalho que será realizado, as metas, que é a definição clara do
1378 que se pretende fazer, em quanto tempo que se pretende trabalhar, além disso,
1379 expressar, é, qualitativamente, quantitativamente, os resultados, deverá apresentar
1380 também um resumo descritivo dos dois projetos de educação ambiental para o público
1381 interno e o outro para o público externo que comporão o programa de educação
1382 ambiental. E a equipe técnica responsável. Então vamos ver agora a tipologia, nessa
1383 tipologia nós vamos ter projetos de educação ambiental para o público externo, o que
1384 que é isso? Ele é destinado a comunidade da área de influência direta ou indireta do
1385 empreendimento e que terá o seu conteúdo voltado para eixos temáticos que eu vou
1386 falar daqui a pouco pra vocês. Esse projeto, deverá seguir também uma seqüência, um
1387 resumo descritivo, objetivo geral e objetivo específico, plano de trabalho, meta e o
1388 plano de monitoramento e avaliação. O outro projeto que é o de educação ambiental



1389 para o público interno, ele segue os mesmo itens do público externo, só que este é
1390 totalmente voltado para os trabalhadores de dentro da empresa, e ao fazer esse trabalho
1391 focado dentro da empresa, ele terá, é, ele estará se fundamentando, na política de
1392 qualidade ambiental, na segurança, na saúde ocupacional da empresa, e até mesmo nas
1393 certificações quando existirem, e ele deverá contemplar alguns tópicos de preferência,
1394 por exemplo, vou citar só como exemplo: redução dos impactos gerados pelo
1395 empreendimento; redução do consumo de insumos, água, energia, matéria prima;
1396 redução, reutilização e reciclagem de resíduos; melhoria do ambiente, das condições de
1397 higiene e segurança do trabalhador; redução de acidentes do trabalho; prevenção de
1398 riscos com danos ambientais e esse são alguns dos itens. A duração do programa de
1399 educação ambiental, está condicionada a vida útil do empreendimento, essas diretrizes
1400 que estão ali, diretriz, isso, essas diretrizes são aquelas que deverão orientar a
1401 elaboração do programa de educação ambiental pro público externo, que é o que vai
1402 focar, assim na comunidade, então veja bem, conforme o empreendimento, ele terá um
1403 foco maior, nos biomas, ou na bacia hidrográfica, ou na sócio economia, ou no
1404 patrimônio natural, artístico, histórico e cultural, ou na prevenção e combate as
1405 desigualdades locais e regionais, eu to falando “ou” apenas por uma questão de foco
1406 prioritário, porque na verdade, o programa de educação ambiental para o público
1407 externo, ele deverá focar todos esses eixos, só que dando mais brilho né, fundamentando
1408 mais, aquele que o empreendimento for mais forte. Os indicadores: o empreendedor terá
1409 inteira liberdade de colocar os indicadores que ele achar mais conveniente para o
1410 programa que ele está elaborando, então, poderão ser, inclusive, os indicadores do eixos
1411 temáticos que foram levantados, mas nós estamos aqui sugerindo alguns outros também
1412 que poderão ser utilizados e que são muito comuns. A parceria, né, nós estamos
1413 também, é, dando um valor muito grande que ao elaborar um programa, o
1414 empreendedor fixe parcerias, porque essas parcerias são da maior importância, e nós,
1415 né, e essa parceria também é livre, quanto mais parceiros entrarem nesse programa, pra
1416 que ele seja implantado com toda força, melhor. Agora, e as etapas para elaboração do
1417 programa, aqui, vem uma parte bastante importante: durante o período, a licença prévia,
1418 que os instrumentos que tão sendo utilizados, é o **EARIMA**, é o Relatório de Controle
1419 Ambiental, se por acaso exigir, o empreendimento exige a manifestação prévia do IEF,
1420 do IGAM, ou do IBAMA, ou do IEF, isso é, dependendo da aplicação, nesse momento,
1421 o empreendedor estará identificando os potenciais poluidores e degradadores
1422 ambientais, ele estará fazendo essa identificação seja no ar, na água ou no solo, e
1423 depois, é o momento em que ele estará também pensando de que maneira ele vai tornar,
1424 ele vai fazer com que esses, essas informações com que ele está colocando no, no
1425 programa, sejam repassadas para a comunidade e para os empregados internos da
1426 empresa, então são vários itens aqui que o empreendedor deverá, ao elaborar esse
1427 programa, ficar atento. Esse, nesse momento que é o momento da concepção do
1428 programa, é o peso da concepção, ele ta esboçando o seu programa, ele deverá entregar
1429 justamente com todos os documentos que foram solicitados pra ele no, no formulário,
1430 no FOBI, né? Haverá uma análise prévia do programa pelos gestores que estarão ali pra
1431 fazer essa correção as observações que forem feitas e necessárias e serão entregues
1432 novamente pra ele. Na licença de instalação, os instrumentos que ele estará utilizando,
1433 serão: o plano de controle ambiental, a autorização para exploração florestal – APEF e
1434 outorga do direito de uso dos recursos hídricos, se for aplicável no caso dele, certo?
1435 Esse é o momento de apresentação realmente do programa de educação ambiental, já
1436 definido, caracterizado, porque esse será o que será colocado, aplicado, durante a



1437 licença de operação. Haverá também, do, dos órgão onde esse programa for
1438 apresentado. Na licença de operação será o momento da implementação, monitoração,
1439 e, monitoramento e a avaliação do programa pela empresa. Se houver, né, no caso do
1440 relatório de desempenho ambiental no caso, no momento dessa reavaliação das metas,
1441 será feita também, uma reavaliação do programa, e se for o caso será solicitado o
1442 programa pelo órgão ambiental, caso já tenha havido caso do empreendimento já estar
1443 em, em funcionamento. Pode passar, a avaliação e monitoramento, será feito através de
1444 algumas etapas: preparação de relatório, o empreendedor deverá preencher um relatório
1445 online, que será preparado e enviado para análise para os órgãos ambientais
1446 responsáveis, o órgão competente poderá exigir também, envio de material de apoio,
1447 amostragem do material que estará sendo utilizado, a periodicidade do relatório será
1448 anual, e quando o seu encaminhamento ao órgão deverá conter um cronograma com a
1449 previsão das atividades para o ano seguinte, e o órgão ambiental também poderá exigir a
1450 qualquer momento, poderá realizar vistorias in locu, para acompanhamento das ações e
1451 atividades previstas naquele programa. E, finalmente, né, nas considerações finais aqui,
1452 o programa de educação ambiental será solicitado e analisado pelo respectivo órgão
1453 ambiental competente. Os programas, os projetos executivos de público interno e de
1454 público externo do programa, deverão ser detalhados no plano de controle ambiental,
1455 durante a licença de instalação, isso aqui é apenas um resumo, né, do que já foi falado.
1456 O programa de educação ambiental solicitado para empreendimentos de classe 05 e 06
1457 conter, contemplar atividades de educação e informação ambiental, inclusive para as
1458 novas, é, estruturas complementares que venham se instalar. E uma observação a ser
1459 feita com relação aos centros de ambiental, que sempre geraram uma polêmica muito
1460 grande, por ocasião das solicitações que eram feitas nos órgãos, tomou-se a decisão de
1461 que esse centro de educação não serão mais solicitados, primeiro que, está havendo
1462 atualmente uma regulamentação por parte do ministério do meio ambiente, a diretoria
1463 de educação ambiental do ministério do meio ambiente, e do ministério da educação,
1464 estão trabalhando, a questão dos centros de educação ambiental, colocando diretrizes
1465 bem definidas pra que os centros, não sejam apenas locais instalados, montados e que
1466 não tenham uma, um, um, vamos dizer assim, um funcionamento adequado pra ele,
1467 então atualmente é muito importante que haja um projeto pedagógico bem feito, para o
1468 funcionamento da centro de educação ambiental, e isso tudo é coisa muito nova, agora a
1469 pouco, no mês passado, aconteceu em Vitória, no Espírito Santo, um encontro nacional
1470 de centros de educação ambiental, para que pudesse ser discutido essa questão dos
1471 centros de educação ambiental e para que eles possam ter realmente o efeito que precisa
1472 ter. Muitos centros funcionam maravilhosamente, mas a muitos que estão praticamente
1473 parados, né, pouco utilizados, por falta de uma orientação melhor. Há uma cartilha, que
1474 inclusive, ela foi editada, orientando como trabalhar os centros de educação ambiental,
1475 por isso é que ficou decidido, nesse trabalho nosso que, os centros de educação
1476 ambiental, seria apenas uma decisão da empresa. A empresa decide se ela quer
1477 implantar ou não. Mas, não, dentro do processo de licenciamento. Gente vocês me
1478 desculpa eu to falando muito rápido, porque realmente, né, mas como vocês receberam
1479 anteriormente pra leitura não é? Estou as ordens pra pergunta, quero deixar claro pra
1480 vocês o seguinte: porque eu sou especialista em educação ambiental, eu não sou em
1481 licenciamento, então se vocês me fizerem alguma pergunta que eu não saiba responder,
1482 relacionada a licenciamento, vocês vão, responder, vão anotar essa pergunta, certo?
1483 Esse grupo que eu falei com vocês, ele está permanentemente né, aguardando, que os
1484 conselheiros nos apresentem sugestões, para que nós voltemos a nos reunir e continuar a



1485 discussão da melhoria desse termo. **Rogério Noce Rocha - Superintendente de**
1486 **Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento**
1487 **Sustentável** - Agradecemos a palestra da professora Idarci, nossa diretora de educação
1488 e extensão ambiental, eu coloco a, a palestra em, para os conselheiros que quiserem
1489 manifestar a respeito, perguntar alguma coisa, ta certo? No sentido de esclarecer alguma
1490 coisa mais, e até pros presentes que participaram como ouvintes dessa palestra. Idarci,
1491 eu agradeço, eu acho que esse ponto, esse ponto é importante pelo seguinte, vocês tem
1492 que entender que a colocação da professora que foi feita aqui, da professora Dr^a Idarci,
1493 esse ponto é um ponto que os senhores assimilem bem os pontos que foi colocado aqui,
1494 efetivamente naquela, naquela, na definição que não é a postura aqui, a professora Idarci
1495 e a equipe dela estarão abertos a qualquer tipo de manifestação, com os senhores em
1496 contato direto com a professora Idarci, esse ponto está todas as unidades regionais, está
1497 correndo dentro do âmbito das outras câmaras, foi uma solicitação da câmara de política
1498 ambiental. A partir dessas discussões, desse período de discussão, apresentação, será,
1499 voltará novamente, a câmara, para ser referendado como um ponto de inserção, para em
1500 seguida ser levado ao plenário e realmente se tornar, né, uma efetiva modo de atuação,
1501 naquilo que foi contemplado aqui caso não haja modificação, com relação aos aspectos
1502 das duas classes 05 e 06 e das tipologias que aqui foram colocadas, isso ai ainda vai ser
1503 discutido, voltará pra CPA lá em Belo Horizonte e voltará pra câmara de política, pra
1504 própria câmara do plenário do Copam. Então é interessante que vocês façam uma
1505 reflexão sobre os pontos colocados aqui, e efetivamente em qualquer ponto, né, que
1506 venha a ser, querer maior esclarecimento entrar em contato com a professora Idarci para
1507 maiores esclarecimentos. **Idarci Lasmar - Diretora de Educação e Extensão**
1508 **Ambiental - (SEMAD)** - Qualquer membro, do grupo de trabalho terá condições de, de
1509 repassar essas informações, porque tudo isso está sendo discutido em conjunto, certo?
1510 Talvez fique um pouco confuso pra vocês que não tem muito hábito, né, com programas
1511 de educação ambiental, uma apresentação onde a gente fala de programa interno,
1512 programa externo, né, de metodologia, coisas mais novas, ai pra vocês, mas seria muito
1513 interessante, muito bom, se vocês realmente lessem esse termo de referencia com
1514 atenção, e nos repassasse, se vocês concordam com ele que nos digam que concordam,
1515 porque é, já é um reforço também, né, não deixem de se manifestar, só porque discorda,
1516 manifestem-se também porque concordam, né. Então muito obrigada, gente. **Rogério**
1517 **Noce Rocha - Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio**
1518 **Ambiente Desenvolvimento Sustentável** – muito obrigado, Idarci. Antes de passar
1519 pro próximo ponto, na verdade dentro da agenda e dentro da pauta, ta certo, seria um
1520 ponto de assuntos gerais, que eu farei aqui, nós vamos apresentar aqui a DN, foi
1521 solicitado pelo conselheiro Tiago, uma manifestação dela, dele, por causa da presença
1522 dele, inclusive porque nós estamos aqui, ainda em còrum e, quero manifestar um ponto
1523 que ele gostaria de apresentar para os senhores conselheiros, pra ser apresentado aqui
1524 sobre a forma de moção, Tiago com a palavra. **Tiago Teixeira Dornas – Instituto**
1525 **Mineiro de Agropecuária (IMA)** – é, eu gostaria que os conselheiros, o João! Que os
1526 conselheiros, já sabe da importância do Parque do Rio Doce, sabe que a gente faz parte
1527 também do conselho de lá, e nós tão vivendo uma situação, um dilema lá, porque, no
1528 Parque do Rio Doce o policiamento ambiental é feito por um pelotão, e esse pelotão ele
1529 não tem nenhuma autonomia financeira nem hierárquica pra tomar decisões de
1530 policiamento, de efetivo, e como é da polícia especializada da qual fazem parte a polícia
1531 ambiental e a polícia rodoviária, a gente faz uma moção, essa proposta já existe dentro
1532 da SEMAD, mas eu não sei ainda dentro da polícia ambiental, de que seja transformado



1533 em pelotão especializado, o pelotão existente no Parque do Rio Doce, isso por que?
1534 Porque eles teriam verbas específicas, advindas de Belo Horizonte, pra viaturas, pra
1535 diárias, pra outros equipamentos, e eles teriam autonomia pra poder colocar o efetivo
1536 deles aonde eles quisessem, não tendo que ceder policiais pra outro, outras atividades
1537 que não são correlatas ao Parque do Rio Doce. E ainda porque, no pelotão pelo que me
1538 foi dito, um capitão não pode comandar um pelotão, e o tenente Correia que é o
1539 comandante de lá hoje, ele vai ser promovido a capitão, nesse próximo, nesse mês de
1540 junho, e ele ta saindo, ele é uma pessoa que desde o começo esteve lá, conhece a região,
1541 é nascido na região, já conhece as particularidades, os criminosos de sempre que tão no
1542 Parque, então é muito importante que se vocês puderem colaborar com o Parque do Rio
1543 Doce votando a favor da moção que a gente ta propondo, que a gente faça essa moção
1544 pra ver se isso da um apoio pro Parque do Rio doce, uê, pro pelotão ser transformado
1545 em companhia especializada ou companhia, o que for melhor, porque o que a gente
1546 pede é que seja, uma, uma, que se tenha autonomia. A moção que eu propus aqui e pode
1547 ser passível de mudança, é: seja transformado em pelotão especializado ou companhia,
1548 o pelotão da polícia estadual existente no Parque do Rio Doce, com vistas a maior
1549 autonomia financeira, hierárquica, além da possibilidade de manter, se possível, hoje o
1550 tenente Correia, no comando do pelotão especializado, em virtude de sua competência e
1551 conhecimento do Parque e da realidade do entorno. **Rogério Noce Rocha -**
1552 **Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente**
1553 **Desenvolvimento Sustentável** – ok, deixa eu passar a palavra aqui ao João, João. **João**
1554 **Alves Filho – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis**
1555 **(IBAMA)** - é, eu quero fazer algumas considerações a respeito desse, dessa
1556 propositura, primeiro, viu Tiago, parabéns a gente tava de saída quando vocês pediu pra
1557 que a gente acompanhasse, eu acho que valeu a pena, há a necessidade da gente ta
1558 reforçando esse, nem é, desvinculação, da, da polícia ambiental, dos outros comando
1559 não, mas ta reforçando, a autonomia na questão do trabalho, ambiental de maneira, de
1560 maneira geral, eu acho que, esse do, esse pedido especial, lá do Parque do Rio Doce
1561 puxa, eu acho que inclusive foca um pouco na direção do SEFAE, acho que o SEFAE é
1562 um dos caminhos pra ta se desvinculando de maneira geral, dando um tratamento
1563 especial a polícia ambiental, já to de antemão dando nosso voto favorável, e
1564 parabenizando pra gente, pra gente ter esse tipo de ação. **Rogério Noce Rocha -**
1565 **Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente**
1566 **Desenvolvimento Sustentável** – obrigado, João. Eu, eu coloco então para os presentes.
1567 **João** - Sem, sem ser considerado fazedor de lob, né. **Rogério Noce Rocha -**
1568 **Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente**
1569 **Desenvolvimento Sustentável** - Ta certo. Eu coloco o seguinte, nós temos córum
1570 regimental, ta certo? Esse é uma posição que **antevem** até a colocação de assuntos
1571 gerais, o qual nós vamos começar, para que os conselheiros aprovem, ta certo, essa
1572 moção, porque ai se torna uma moção de fato desse conselho, né, que vai ser levado, e
1573 em função da premência do que o próprio Tiago colocou, né, pra própria secretaria,
1574 através da Secretaria de Meio Ambiente, para a Polícia Militar de Minas Gerais, ok?
1575 Então eu coloco em votação, pois não, Franklin? **Franklin Otávio Coelho Mendonça**
1576 **– Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES)** – eu gostaria
1577 só de fazer uma colocação que me deixaria mais à vontade para votar. Eu não conheço o
1578 tenente Correia e não conheço o trabalho dele, eu acho que seria interessante a gente
1579 desvincular a, a, o pleito maior, que é a transformação do pelotão em pelotão
1580 especializado ou companhia, da indicação do tenente Correia, eu ficaria mais a vontade



1581 pra votar essa moção se ela fosse transformada em duas. **Leonardo Castro Maia –**
1582 **Procuradoria Geral de Justiça (PGJ) - É. Tiago Teixeira Dornas – Instituto**
1583 **Mineiro de Agropecuária (IMA) -** eu não acredito haver nenhuma complicação, eu
1584 não vou nem entrar no mérito do detalhe, do que eu esteja falando do que é a realidade,
1585 o que a gente colocou inclusive aqui, é manter, se possível, eu não to engessando,
1586 porque eu não tenho autonomia pra polícia militar falar que eu quero que ela deixe tal
1587 pessoa, o que a gente indica é uma possibilidade se ele poder de manter, porque também
1588 falar que não é ele, quem vai ser? Não se conhece o outro também, se o outro é bom se é
1589 ruim, então aqui, por isso que a gente colocou como uma possibilidade, e se vale o meu
1590 testemunho, o motivo e que foi passado pelo gerente da Unidade o Marcus Vinícius, é
1591 pela pessoa ser experiente, ta lá a tanto tempo, e quem conhece a realidade do Parque do
1592 Rio Doce, se ta defendido como ta, é porque o tenente Correia ta lá há mais de 15 anos,
1593 então alguma virtude ele tem de ter ajudado a manter aquilo do jeito que tava.
1594 **Leonardo Castro Maia – Procuradoria Geral de Justiça (PGJ) –** o, o representante
1595 da polícia militar já se retirou? É eu não conheço como funciona, qual seria a diferença
1596 de companhia especializada, para pelotão especializado, né, eu concordo aqui com o
1597 conselheiro é, quanto a questão da impessoalidade, né, eu acho que, por melhor que seja
1598 o tenente Correia, que seja excelente profissional, né, outro profissional bom virá, no
1599 futuro, quer dizer você não pode querer que o tenente Correia, viva pro resto da vida na,
1600 e continue lá, então, se o objetivo dessa promoção de companhia ou de pelotão, é a
1601 manutenção do tenente, eu acho que não seria tão interessante que nós aprovássemos, se
1602 for realmente interessante que haja um pelotão ou uma companhia especializada, eu,
1603 talvez fosse interessante que para a próxima reunião, com a presença do policial militar
1604 nós ouvíssemos ele explicitar qual a diferença do pelotão, pra companhia, o que que isso
1605 pode ajudar o Parque do Rio Doce, e é lógico se for ajudar o Parque do Rio Doce,
1606 vamos, eu não tenho nenhuma oposição votaria pela. **Rogério Noce Rocha -**
1607 **Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente**
1608 **Desenvolvimento Sustentável -** É eu gostaria inclusive de fazer menção aqui, o que o
1609 conselheiro Leonardo colocou, a idéia nossa é que na reunião de São Domingos do
1610 Prata que inclusive próxima a zona exatamente do entorno do Parque do Rio Doce que
1611 pudesse realmente fazer isso, pela presença do próprio coronel Helvécio que hoje dirige
1612 a diretoria especializada da polícia militar, quer dizer, nós solicitaríamos, né, não
1613 convocaríamos que não é ingerência nossa, é muita pretensão, que ele pudesse
1614 novamente fazer essa apresentação, o próprio major estará presente, esperamos que
1615 esteja presente também na reunião, pra que seja maior esclarecido. Agora, nós estamos
1616 aqui num ato de julgamento dentro do aspecto de, sem alongar muito, o aspecto da
1617 proposta que foi feita pelo Tiago, e da impessoalidade que foi colocada né, tanto pelo
1618 Franklin, quanto pelo Leonardo, então nós tamo dentro, diante disso eu pergunto para o
1619 Tiago, se agente, como é, se reformula a situação e coloca, porque nós tamo no prazo
1620 né, e uma outra apresentação, e ainda os aspectos de assuntos gerais. **Tiago Teixeira**
1621 **Dornas – Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) –** quanto a questão da, da
1622 impessoalidade, eu, como eu disse, eu não vejo nenhum problema na moção, eu expus
1623 os motivos que me levarão a colocá-lo eu só peço, inclusive presidente, **que em ata**
1624 **conste**, os motivos da retirada do nome, porque a gente fez, um acordo dentro do
1625 conselho do Parque do Rio Doce, e a gente precisa mostrar o porque da mudança, e eu
1626 tirei essa parte, e deixei como seja transformada em pelotão especializado ou em
1627 companhia especializada, o pelotão da polícia ambiental existente no Parque do Rio
1628 Doce, com vistas a maior autonomia financeira e hierárquica. Eu só peço, se possível,



1629 que seja votada hoje a, a moção, porque em sendo ela aprovada, a gente tem até um PM
1630 que poderia explicar isso aqui, não precisaria esperar outros, porque ele deve saber a
1631 diferença de um pelotão, pra um especializado e pra uma companhia, e que pelo que me
1632 foi dito, se ele quiser confirmar, a questão de autonomia hierárquica, financeira, por
1633 causa de comando, ele está vinculado hoje ao décimo quarto pelotão, em Ipatinga, que
1634 depende as vezes dos policiais de lá pra fazer uma fiscalização em Caratinga, então, em
1635 Caratinga eu não digo, mas em Santana do Paraíso, e a questão financeira também, a
1636 necessidade é urgente por causa dessa mudança de patente do, do tenente Correia, ele
1637 mudando pra capitão, vai ficar sem um oficial no comando lá, ou que seja outro, mas
1638 enquanto não vier outro, vai ficar sem um oficial no comando lá, porque capitão não
1639 pode comandar um pelotão, e eles vão mandá-lo pro décimo quanto batalhão, ou seja
1640 desvincular uma pessoa que tem experiência e que poderia ser outro que vier pro lugar
1641 dele, mas vai ficar um vago, e a gente não ta podendo nesse período, principalmente
1642 agora, período de seca que ta entrando, onde aumenta a pressão de incêndios também,
1643 então, esse é o motivo da gente propor essa moção hoje, e não poder esperar, inclusive
1644 agradecendo quem ficou aqui, já tendo que ir embora. **José Joaquim de Castro Freitas
1645 Pereira – Prefeito de São Domingos do Prata** - Só um minutinho, só um minutinho,
1646 Sr. presidente, com relação a, ao Batalhão da Polícia Militar do Parque Estadual do rio
1647 Doce, que fica nas proximidades, nas divisas do nosso município, e, como o senhor
1648 mesmo disse, eu ia sugerir que a polícia militar, polícia ambiental, estivesse presente na
1649 próxima reunião e manifestasse é, esse desejo, juntamente com o Tiago, e, ai até, antes,
1650 quando eu levantei o braço, o senhor pegou o microfone, e acabou dizendo dessa
1651 maneira, mas é um convite que a gente faz ao major, o major, que leve lá, então ao
1652 comandante, e eu lembro, ao sargento, sargento, é que o major tava sentado aqui, e eu to
1653 vendo o nome do major sentado aqui, e que ai sargento, o senhor leve lá então, o major
1654 vá, polícia militar, conforme nós dois havíamos conversado, a menos de 20 minutos,
1655 nós tratamos desse assunto, né, pra que possamos encaminhar a todos os conselheiros, e
1656 decidirmos então, essa moção do Tiago lá em São Domingos do Prata, que será uma
1657 honra para todos nós, ta bom? **Rogério Noce Rocha - Superintendente de Política
1658 Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável** –
1659 ok, Afonso? **Afonso Luiz Bretas – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado
1660 de Minas Gerais (FAEMG)** – eu queria fazer uma emenda a, com todo respeito a
1661 proposição do promotor, é, e antes de mais nada, eu quero dizer que eu concordo com a
1662 moção do Tiago, eu acho, Tiago, que você não precisa ficar remendando isso ai muito
1663 não, deixa esse negócio de nome de pessoal pra lá, o que importa é o objetivo final que
1664 você quer, então, é, eu acho que pra agilizar um pouco mais promotor, nós, poderíamos
1665 fazer o seguinte, já sugerir ao pessoal do Copam, que solicitasse, já sabendo da moção,
1666 qual que era, solicitasse, se tem solução, como que ela seria, que fosse uma solução
1667 permanente, já traria pra gente aprovar ou não, isso ai se for o caso, concordar ou
1668 adicionar, porque ganharíamos tempo, certo? **Tiago Teixeira Dornas – Instituto
1669 Mineiro de Agropecuária (IMA)** – presidente. **Rogério Noce Rocha -
1670 Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente
1671 Desenvolvimento Sustentável** – oi. **Tiago Teixeira Dornas – Instituto Mineiro de
1672 Agropecuária (IMA)** – a última, questão e, o Afonso vai ficar o mínimo possível, a
1673 questão, eu não sei se você se lembra, a reunião que nós tivemos em Valadares, a
1674 primeira desse ano, o Dr. Shelly falou que na próxima reunião, ele traria um coronel da
1675 polícia militar aqui, que hoje está especificamente pra polícia ambiental. **Rogério Noce
1676 Rocha - Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio**



1677 **Ambiente Desenvolvimento Sustentável - Coronel Helvécio. Tiago Teixeira Dornas**
1678 **– Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) – E que ta no grupo. Rogério Noce**
1679 **Rocha - Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio**
1680 **Ambiente Desenvolvimento Sustentável – coronel Helvécio. Tiago Teixeira Dornas**
1681 **– Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) – De trabalho com a SEMAD, para**
1682 **criação de um grupo de fiscalização específico. Essa moção estava preparada pro dia em**
1683 **que ele viesse, ele não veio, na reunião de Teófilo Otoni eu não tive possibilidade de**
1684 **comparecer, e fiquei sabendo dessa mudança de patente do, do Correia na próxima, no**
1685 **próximo dia 09, o por isso deu ta precisando de apresentar ela aqui, se for de interessa**
1686 **de todos de votar contra, eu acho que é mais interessante que eu tenha essa moção**
1687 **contra pra ela ser apresentada na próxima, mas é porque eu acho, como propositor da**
1688 **moção, muito importante, que ela seja apresentada agora, nada impedindo que, acho até**
1689 **melhor que o coronel Helvécio faça a visita ao COPAM, como foi proposto pelo Dr.**
1690 **Shelly. Mas, a, os questionamentos que foram feitos aqui, se ainda for de interesse de**
1691 **todos, eu acredito que nosso sargento que ta ali é muito capaz de responder, se, porque**
1692 **eu não tenho competência pra falar, eu apenas me disseram foi como eu transferi pra**
1693 **vocês aqui, mas eu acredito que resolveria o problema e a gente votaria essa moção hoje**
1694 **ainda. Rogério Noce Rocha - Superintendente de Política Ambiental da Secretaria**
1695 **de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável – ok, bom, então é o**
1696 **seguinte, tendo em vista a discussão e esse debate todo que foi colocado, eu vou fazer o**
1697 **seguinte, eu vou colocar como o presidente aqui, da, dessa, dessa reunião, a colocação**
1698 **do que o Tiago fez, então é um aspecto soberano, eu vou colocar isso aqui, colocar o**
1699 **ponto de vista de, é, dessa moção ser aprovada ou não, a forma como ta sendo colocado,**
1700 **se há o sentido de declaração de voto contrário em relação a posição de reformulação,**
1701 **mas eu acho que nós não podemos deixar, é, já fez, já foi manifestado, eu vou colocar**
1702 **em votação esse aspecto e uma possível reformulação levantando na questão de bater o**
1703 **martelo, mas que seja colocado porque isso vota semana que vem, na próxima reunião,**
1704 **que eu gostaria que inclusive o coronel Helvécio estivesse presente, vamos ver a**
1705 **convocação, e ai a gente alonga se há uma nomeação, a promoção, né, exatamente do**
1706 **tenente pra capitão, esse é um outro ponto, eu apenas ratifico aquilo que eu falei:**
1707 **primeiro nós estamos em andamento com realização do GESEFAI, o GESEFAI que vai**
1708 **dar estrutura na forma como o próprio conselheiro João aqui falou, isso já ta mais do**
1709 **que ladeado, o GESEFAI tem uma nova postura do ponto de vista de dar força a polícia**
1710 **especializada que hoje existe, que hoje a diretoria continua como diretoria**
1711 **especializada, ou seja, ela é aquela que suporta os trabalhos na área de pelotão, ou de**
1712 **polícia especializada na área de trânsito rodoviário e de ambiental, ela ainda é dupla,**
1713 **mas nós queremos caracterizar isso do ponto de vista “comando”, e atuação na área**
1714 **ambiental através do GESEFAI, é dando padrões específicos na parte ambiental, para**
1715 **que a própria polícia seja ela o vetor de trabalho, na área ambiental, seja no apoio as**
1716 **atividades estaduais, seja no apoio as atividades federais, mas que seja num consenso**
1717 **que venha realmente, se o problema colocado aqui, tanto pelo, pelos dois conselheiros,**
1718 **no caso do Leonardo e o do Franklin, em relação ao problema da impessoalidade, eu**
1719 **quero crer no seguinte: a competência da polícia militar ela é única, o que nós tamo**
1720 **colocando aqui é um pleito e qualquer moção, pode se fazer um pleito inclusive com**
1721 **relação a denominação, o que vai ser feito é um julgamento de propositura ou não, por**
1722 **parte do próprio secretário, Dr. José Carlos Carvalho, em aceitar ou não a moção e**
1723 **encaminhar, isso é outra coisa, ta certo? Então eu acho que o que nós tamo aqui**
1724 **motivando é simplesmente concluir uma coisa que o conselheiro pediu, tem o seu justo**



1725 valor, ta certo? E nós colocarmos a situação, em discussão pra que a gente ver como é
1726 que ta, com a palavra o Leonardo. **Leonardo Castro Maia – Procuradoria Geral de**
1727 **Justiça (PGJ)** – Sr. presidente, é, eu não to querendo adiar a qualquer custa a moção,
1728 acho que tem que ser votada mesmo se foi colocada, eu só, eu queria fazer uma
1729 consideração que é a seguinte: eu acho, que diferentemente do que mencionou o
1730 conselheiro, eu acho que o objetivo final não justifica, é, o meio qualquer, porque, é o
1731 que a gente observou a pouco tempo, nosso presidente do Banco Central tava sendo
1732 investigado, então pra que ele não fosse mais investigado, ele foi colocado com estatus
1733 de ministro, então quer dizer esta sendo o estatus de ministro é dado a ele porque é um
1734 ministro, ou está nesse mesmo nível? Ou porque ele é o amigo do rei, né, que não deve
1735 ser processado, então, eu acho interessante, por isso eu acho e sugeri que fosse ouvido
1736 o, a polícia militar, né, e o representante dela daqui do conselho, pra que se
1737 manifestasse, explicasse qual a diferença, o que, que isso vai mudar efetivamente,
1738 porque de fato, nós não sabemos o que, que isso vai mudar, né, de fato. Há mais o
1739 tenente Correia vai permanecer, então de repente, se for o caso nós fazermos uma
1740 moção pra permanecer o tenente Correia, né, agora, nós vamos sugerir que seja
1741 colocado uma companhia, só que submilinarmente por trás disso, na verdade nós
1742 estamos querendo, é o que, que fique o tenente Correia. Então eu acho melhor nós
1743 falarmos, né, as claras expressamente, que fique o tenente Correia. Como eu não me
1744 sinto a vontade, pra votar uma coisa sobre a qual eu não tenho conhecimento, né, eu
1745 vou, não vou votar contrário, ao, a colocação, eu vou me abster, vou pedir que fique
1746 registrado a abstenção do Ministério público nessa votação. **Rogério Noce Rocha -**
1747 **Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente**
1748 **Desenvolvimento Sustentável** - Correto, perfeito. **Leonardo Castro Maia –**
1749 **Procuradoria Geral de Justiça (PGJ)** - Porque eu não tenho dados pra poder votar
1750 por sim ou pra não. **Rogério Noce Rocha - Superintendente de Política Ambiental da**
1751 **Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável** - Pois, não, vou
1752 passar a palavra pra Polícia Militar, sargento. **Jaime – Sargento- Polícia Militar de**
1753 **Minas Gerais** - Boa tarde, sargento Jaime, eu comando o Grupo de Polícia Ambiental
1754 de Resplendor, e essa questão de permanecer, de mudar pra companhia, não, mesmo
1755 que seja votada essa moção, o tenente Correia pode se for o caso mudar pra companhia
1756 e colocar um outro comandante, às vezes, então isso não é garantido, eu sei, porque eu
1757 conheço também um pouco do trabalho dele, mas a polícia militar não vai poder atender
1758 esse pedido, eu acho que esse pedido é válido pra questões futuras, até, pra estudo da
1759 polícia, porque a polícia está fazendo, né, o senhor sabe talvez até melhor do que eu, o
1760 coronel Helvécio, nós tivemos com ele em Valadares, agora em 18 e 19 de. **Rogério**
1761 **Noce Rocha - Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio**
1762 **Ambiente Desenvolvimento Sustentável** - 18 e 19 de junho, de maio agora, foi.
1763 **Jaime – Sargento- Polícia Militar de Minas Gerais** - De maio, e está estudando várias
1764 propostas, hoje já tem uma diretoria, em Belo Horizonte pra esses casos, agora a
1765 questão de permanecer, é difícil a questão até de efetivo, por exemplo, uma companhia
1766 pode ser comandada por um tenente, entendeu? Agora um pelotão não pode ser
1767 comandada por um capitão, porque um capitão tem que comandar uma área maior,
1768 então às vezes, isso vai demandar, é, política, governo, é, e a polícia militar tem uma
1769 defasagem de efetivo, na nossa região aqui mesmo, nós temos problema de efetivo,
1770 então eu creio que isso ai sereia favorável, mas questões futuras, pra estudos, né,
1771 serveria pra isso, mas eu creio mesmo que seja votado, não vai mudar nada. **Rogério**
1772 **Noce Rocha - Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio**



1773 **Ambiente Desenvolvimento Sustentável** – sargento, esse é um problema de hierarquia,
1774 é um conflito de interesses, não não vamos envolver isso não, eu apenas quero colocar,
1775 e ai de uma forma colocar mesmo, ta certo, a situação, em relação a própria posição que
1776 o Tiago colocou, se a moção é levada, se os conselheiros aprovam a moção ou não, ta
1777 certo? Por que esse, isso é um consenso, então aqui é um projeto colegiado e que há
1778 aprovação, então, o próprio Tiago colocou a situação resumida, né Tiago? Em relação à
1779 proposição, né, é, dirigida ao comando da polícia militar e a SEMAD, ta certo? **Tiago**
1780 **Teixeira Dornas – Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA)** – eu só quero, deixar
1781 bem claro, primeiro, o motivo que levou essa proposição, essa moção da forma que está
1782 foi um acordo feito dentro do conselho consultivo do Parque do Rio Doce. **Rogério**
1783 **Noce Rocha - Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio**
1784 **Ambiente Desenvolvimento Sustentável** – correto. **Tiago Teixeira Dornas –**
1785 **Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA)** – esse é o primeiro fato, segundo, concordo
1786 completamente com o fato da questão da. **Rogério Noce Rocha - Superintendente de**
1787 **Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento**
1788 **Sustentável-** Da impessoalidade. **Tiago Teixeira Dornas – Instituto Mineiro de**
1789 **Agropecuária (IMA)** - da personalidade, principalmente pelo que o Rogério falou, que
1790 a polícia ambiental é competente, não o tenente Correia, esse é o segundo fato, e
1791 terceiro, que eu acredito que numa moção, inclusive dum caso desse, não há
1792 necessidade, e ai não é nem só o Leonardo, outros já se manifestaram, propondo o voto,
1793 eu vou retirar essa moção hoje, porque ela foi apresentada aqui hoje, por causa desse
1794 acordo e desse histórico que eu disse pra todos, eu também não me sinto à vontade pra
1795 um caso desse colocar um conselheiro pra deixar de votar, porque não ta se sentindo a
1796 vontade, não, eu também tenho essa questão, eu só peço desculpa aos que esperaram,
1797 mas eu acho que foi interessante o debate e já cria consciência pro próximo, pra
1798 próxima reunião. **Rogério Noce Rocha - Superintendente de Política Ambiental da**
1799 **Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável** - E nesse ponto
1800 eu acho Tiago, que vai ser diretamente aquela linha, o interesse maior do – o próprio
1801 secretário Shelly colocou, é fazer com que o próprio coronel Helvécio, conheça esse
1802 universo de situação, no nível da hierarquia que tem os seus comandados, né, que tão
1803 presentes como conselheiros como eu falei pra todos os 07, futuramente 08. E na
1804 reunião, por exemplo, e insistir essa convocação pra São Domingos do Prata, essa coisa
1805 vem a tela, e isso mais que você colocou, ela vai ta referendada, porque ele vai solicitar
1806 dele um testemunho com relação a, as ações da polícia ambiental do ponto de vista de
1807 pauta, ou seja, colocar isso como ponto de pauta de discussão, então, a polícia militar se
1808 manifestará sobre a ótica da polícia militar do ponto de vista ambiental, então ela vai
1809 mais que solucionar esse problema, independente do problema de hierarquia, e
1810 nomeação que esse é um problema interno e de competência da polícia militar, ok.
1811 **Tiago Teixeira Dornas – Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA)** – e só pra que
1812 não fique subentendido talvez que a proposta de mudança da, da nomenclatura, ou da
1813 posição do pelotão lá, não é pra atender ao aumento da patente do tenente Correia e sim
1814 a questão de hierarquia do pelotão, autonomia econômica e financeira, principalmente
1815 administrativa, quanto a questão de pessoal que vai trabalhar no Parque, e a gente
1816 coloca, eu só gostaria o Rogério, que na próxima reunião, também fosse convidado o
1817 Marcus Vinícius, Gerente do Parque do Rio Doce, pra falar sobre essa, essa
1818 possibilidade de mudança. **Rogério Noce Rocha - Superintendente de Política**
1819 **Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável** -
1820 Ok. Ok? Bom, retirada a situação, e agradecendo pelo debate que exatamente



1821 promovemos, esse é salutar, é objetivo mesmo do conselho é isso mesmo, eu vou passar
1822 então, dentro dos Assuntos Gerais, a um ponto que eu reputo que ainda dentro do ponto
1823 de vista de apresentação, na forma como vai ser feita em Assuntos Gerais, o próprio Dr.
1824 Augusto me chamou atenção e é válido. **ITEM 11 – Assuntos Gerais. Rogério Noce**
1825 **Rocha - Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio**
1826 **Ambiente Desenvolvimento Sustentável** - Nós estamos apressando uma situação, que
1827 é de suma importância e que praticamente ele vai dar uma pincelada nos assuntos aqui,
1828 e esse assunto voltará porque ele mesmo é o que discute hoje, no nível de câmaras
1829 especializadas em Belo Horizonte, esse tipo de apresentação que está em processo de
1830 pauta, porque esse ponto ele é muito importante, mesmo porque esse processo, esse
1831 documento não foi distribuído para os senhores como conselheiro, e isso vai voltar num
1832 nível de discussão que vai ser amplamente discutido, e isso é um dos pontos mais
1833 importantes, depois da 79/04, para que a própria situação da gestão ambiental do
1834 Estado, seja aprimorado, que é o repasse do processo de licenciamento do município,
1835 então o que nós vamos apresentar aqui, é uma pincelada da situação que vocês, vão
1836 receber ao longo desse mês, né, e que fatalmente faltará a ser levantado lá em São
1837 Domingos do Prata como pauta pra que seja discutido, vocês terão tempo exatamente de
1838 refletir e ter isso como ponto de discussão, e, e, aprimoramento além daquilo que já foi
1839 aqui apresentado pela Dr^a Idarci, no ponto dela que é Educação Ambiental, ok?
1840 **Augusto Horta – Diretor de Normas - SEMAD** - boa noite, a todos os conselheiros,
1841 e em menos de 05 minutos, vou tentar apresentar essa Deliberação Normativa que
1842 pretende revogar a Deliberação Normativa nº 29, do Conselho Estadual de Política
1843 Ambiental, o que é a Deliberação Normativa nº 29? É um documento que tenta fixar o
1844 marco de relacionamento entre o Estado e os Municípios no que se refere ao
1845 licenciamento ambiental, ou seja, a DN 29 responde a uma pergunta muito simples, o
1846 que o Município pode fazer em relação ao licenciamento ambiental, e o que o Estado
1847 pode fazer em relação ao licenciamento ambiental. Evidentemente que a DN 29 que foi
1848 aprovada em 98, ela respondia muito bem o sistema jurídico, de estabelecimento de
1849 regras, e com também, a alteração que adveio da deliberação normativa 74, essa como
1850 disse o Dr. Rogério Noci, é uma das alterações mais importantes que tem que ser
1851 promovidas a fim de se adequar ao novo marco legal da política ambiental, a divisão de
1852 licenciamento entre o Estado e é, os seus municípios. Então essa proposta que a
1853 SEMAD fez e levou a Câmara de Política Ambiental, é, pretende adequar a Política de
1854 Licenciamento do Estado, com a Política de Licenciamento dos Municípios. Apenas a
1855 tipo de consideração eu devo dizer que, no âmbito da Deliberação Normativa 29, apenas
1856 04 dos Municípios do Estado, dos 863 Municípios mineiros, conseguiram se conveniar
1857 com o Estado e promover por si mesmos o licenciamento ambiental. É, diante desse
1858 quadro e também, diante da mudança da 74, é que essa nossa proposta foi feita. Qual é o
1859 cerne da proposta? É, atribuir aos Municípios, a possibilidade de realizarem a
1860 autorização ambiental de funcionamento que como os senhores sabem é reservada aos
1861 empreendimentos classe 01 e 02 da DN 74, então o cerne básico que os senhores tem
1862 que refletir nesse mês que se seguirá, é sobre se esta é ou não é uma boa proposta, se ela
1863 deve ou não deve ser levada a diante, e transformada em norma jurídica por esse
1864 conselho. É, por que repassar a autorização ambiental de funcionamento pra alguns
1865 Municípios? Porque esse mecanismo de controle ambiental é extremamente mais
1866 simples, que o mecanismo do licenciamento ambiental, e porque apenas 04 Municípios
1867 foram conveniados, porque apenas 04 demonstraram capacidade técnica para fazer o
1868 licenciamento ambiental, tão complexo, como os senhores melhor do que eu conhecem.



1869 A autorização ambiental de funcionamento por seu turno, é um procedimento
1870 extremamente simples e que no nosso entender pode ser muito bem desenvolvido pelos
1871 Municípios. Por outro lado, nós temos certeza absoluta de que a DN 74, só dará certo se
1872 houver um sistema vigoroso de fiscalização, e por que? Porque a lógica da DN 74 é
1873 transferir a responsabilidade num primeiro momento então para o empreendedor, e os
1874 senhores conhecem o mecanismo melhor do que eu também, através da assinatura de
1875 um termo de referência, de responsabilidade e da anotação de responsabilidade técnica.
1876 Mas, ora, quem fiscaliza, isso? O Estado, com o seu pequeno número de funcionários?
1877 O NARC com o seu pequeno número de funcionários? Nós sabemos e temos a absoluta
1878 consciência de que nós somos insuficientes, por melhor que sejamos, então essa
1879 política, essa alteração da DN 29 visa aumentar, multiplicar, a nossa capacidade de
1880 fiscalização, como? Atribuindo aos Municípios o poder de autorizar e também de
1881 fiscalizar, os empreendimentos que ele tiver autorizado, sob a coordenação do Estado.
1882 Então, ao Estado, ao NARC, ao Núcleo de Apoio a essa URC, caberia, eu poderia dizer,
1883 a fiscalização, dos fiscalizadores. É, essa então, é, é a proposta em suas linhas gerais, é,
1884 nós propomos que os convênios possam ser feitos para a classe 01 e 02, o que
1885 evidentemente vai implicar a autorização ambiental, e também se o Município
1886 comprovar competência técnica para isso, a, o licenciamento, o convênio para o
1887 licenciamento de atividades de outras classes, sobretudo classes 03 e 04, as classes 05 e
1888 06 ficariam em princípio excluídas da possibilidade de serem licenciadas pelos
1889 Municípios. Bom, senhor presidente eram essas as esclarecimentos, as informações que
1890 eu deveria passar aos conselheiros e ao longo desse mês, o, o núcleo de apoio vai se
1891 encarregar de fazer chegar as mãos de cada um a proposta, para que na próxima reunião,
1892 essa URC possa dar suas contribuições, fazer os aperfeiçoamentos que julgar
1893 necessário, era isso. **Rogério Noce Rocha - Superintendente de Política Ambiental**
1894 **da Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável** – ok, bom,
1895 eu agradeço, eu agradeço, a exposição do Dr. Augusto, ela é dentro daquela linha,
1896 dentro daquilo que nós colocamos, né, pra vocês, nós vamos pautar para a próxima
1897 reunião, vocês vão ter tempo também de um mês pra analisar isso do ponto de vista de
1898 vocês e principalmente do caso aqui, a presença apenas de um, dois, né, que um
1899 inclusive, o Joaquim deve ter se retirado, pra que o próprio Município através das suas
1900 micro regiões possam manifestar isso no contexto de suas, né, e isso é muito importante
1901 pra nós, porque esse, essa condição que vai voltar nossa discussão da CPA e pra ser
1902 levada a plenário, ela é da maior importância, tanto assim que o Dr. José Carlos, o Dr.
1903 Shelly, queria colocar isso na próxima reunião do Copam do dia 15, nós devolvemos
1904 porque esse é um assunto que não pode ser feito de uma maneira só dada, nós temos que
1905 discutir isso, ver a amplitude disso, isso porque está resguardado nela, né, que ele vai
1906 apresentar aos senhores, aspectos fundamentais desse relacionamento que interage
1907 demais, com setores particulares que atuam nisso de empreendimentos, né,
1908 principalmente em relação ao avanço e a vontade dos Municípios em resolver os seus
1909 problemas, sem isso nós vamos perder esses parâmetros, pois não Marco Antônio, ok,
1910 não, nós vamos, a princípio o que nós vamos fazer é proposta, isso é uma proposta, que
1911 vai ser de reenquadramento, hoje em dia, dada a referência, o que tá no último artigo lá,
1912 que nós vamos referendar a situação dos existentes hoje em Minas Gerais em relação ao
1913 Município de Betim, Contagem, Juiz de Fora, e do próprio Belo Horizonte que vai
1914 aderir ao sistema que ele tá no sistema mais antigo, anterior até o próprio, aprovação da
1915 DN, esses outros Municípios, esses outros que queiram entrar, tem os aspectos todos, de
1916 primeiro de aprovação dessa DN, segundo de apresentação, em que nível, que está



1917 colocado ai, que vocês vão ver, em que nível que eles vão querer se habilitar, vai ter
1918 níveis de habilitação em relação se há Municípios que não tem nível de capacidade de
1919 fazerem adoção do nível 01 e 02, mas observado o que ta na legislação estadual, por que
1920 senão vai gerar conflito. O que a generalização deixou de abertura em relação a
1921 procedimentos, vem o Município e estabelece, tem a prerrogativa de fazê-los, mas
1922 mediante critérios, àquelas atribuições que são do Estado, o que é dele é dele, então esse
1923 ponto é que o Dr. Augusto colocou, o reflexo da situação da apresentação rápida dele, é
1924 o documento pra vocês, chamando atenção no documento que vocês façam uma
1925 análise, o seguimento empresarial, o segmento das ONGs e o próprio segmento,
1926 principalmente o segmento municipal que é o atingido direto desse trabalho, e pra que
1927 isso seja aplicado a nível das micro regionais dos quais os prefeitos são os
1928 representantes, ok? **Augusto Horta – Diretor de Normas - SEMAD - Dr. Rogério!** É,
1929 eu não sei se eu entendi bem a pergunta do conselheiro, mas me pareceu que ele
1930 quisesse saber o seguinte: se isso for aprovado, essa nova alteração, em quanto tempo o
1931 Município conseguiria se habilitar para promover a autorização ambiental de
1932 funcionamento ou o licenciamento ou o que seja? Bom, é sobre isso eu não entrei nos
1933 detalhes da deliberação normativa, mas é previsto um processo, sobretudo, a autorização
1934 para celebração do convênio depende de uma autorização na CPA, para que? Para
1935 avaliar se o Município tem condições de fazer a autorização ambiental de
1936 funcionamento, ou seja, não é só, não basta querer, além de querer é preciso comprovar
1937 que pode, que tem condições técnica para fazer, então essa, esse processo de, de análise,
1938 é, pela SEMAD, é levado pela CPA e demora algum tempo sim, e aliás tem que
1939 demorar porque é uma decisão extremamente importante, é repassar essa competência
1940 ao Município, mas não é nada, também colossal, eu acho que alguns meses, desde a
1941 propositura do, do, da, da, da, desde a propositura do pedido do Município, não mais
1942 que por volta de 06 meses, um convênio conseguiria ser celebrado. **Rogério Noce**
1943 **Rocha - Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio**
1944 **Ambiente Desenvolvimento Sustentável - Ok?** Bom, eu coi colocar então dentro dos
1945 Assuntos Gerais, vou abrir a palavra exatamente agora, porque nós temos que abrir para
1946 os conselheiros de uma maneira geral, pra que os conselheiros façam Assunto Geral a
1947 sua manifestação, que não específico aquela que eu coloquei de comunicado aos
1948 conselheiros, Dr. Joaquim, ok, não eu coloquei pra efeito de assim de fechamento, se
1949 nada havendo a manifestar, eu encerro. Há ao adendo ao Afonso a respeito da cartilha,
1950 fala ai, eu vou. **Afonso Luiz Bretas – Federação da Agricultura e Pecuária do**
1951 **Estado de Minas Gerais (FAEMG) –** o gente, eu queria aproveitar em tempo, o
1952 Adriano aqui do IEF, fez uma observação e eu gostaria que vocês abrissem a cartilha, na
1953 página 18, legislação básica, lá em baixo, pra vocês verem como que as coisas são
1954 dinâmicas, essa cartilha, bem não foi impressa, ela ta quentinha no forno e já tem
1955 modificação jurídica, página 18, a esquerda, legislação básica, adicionar ai, portaria do
1956 IEF, se vocês quiserem põe logo a caneta ai, portaria do IEF, eu fiz na minha assim
1957 porque não foge a memória, portaria do IEF-87/2005, vou repetir Waleska, página 18,
1958 aonde, página 18, vou repetir, portaria do IEF-87/2005, eu acrescentei aqui, a limpeza
1959 de pastagem, aqui não precisaria especificar, mas foi só pro meu entendimento, limpeza
1960 de pastagem, a Luciana diz que tem uma modificação, tem uma correção aqui pra fazer,
1961 vamos aproveitar, depois eu quero fazer uma outra, dar uma outra informação aqui,
1962 deixa a Luciana terminar ali, porque a gente adiciona nessa cartilha, vai Luciana. O
1963 gente, então vão passar pra outra aqui, eu por ventura estava na minha pasta, na hora
1964 que eu abri aqui, que eu lembrei, nós, é, a CNA, ela não mandou isso aqui pra todos os



1965 seus associados não, porque teria que mandar pra todos os produtores rurais do Brasil
1966 inteiro, é um relatório de atividade do ano de 2004, da confederação nacional da
1967 agricultura, e ela contém uma coletânea de estudos, é, que baseia muitos deles em
1968 pesquisa da USP, e da Fundação Getúlio Vargas, mas aqui também tem alguma coisa
1969 sobre meio ambiente, os problemas que nos aflige, eu vou então, dizer o seguinte, que
1970 isso aqui é um trabalho da CNA, vou dar aqui a, o site da CNA, quem quiser consultar
1971 pelo, pelo, pela Internet, é, ww, ww., quem quiser anotar, CNA, ww.cnaorg.br/cna@,
1972 acho que aqui são dois sites, o segundo é o e-mail, então ta bom, vão, pro e-mail,
1973 cna@cna.org.br, vou repetir, o e-mail, o site, ww.cna.org.br, ww.cna.org.br, o e-mail é
1974 cna@cna.org.br, então gente isso aqui é um relatório das atividades da federação, com
1975 relação ao, a agropecuária, envolve todas as atividades agrícolas do país, porque aqui
1976 tem muitos dados pesquisados, inclusive, eu fiquei surpreso aqui, com a hora que eu
1977 comecei a ler, ela tem um projeto que chama-se Conhecer, onde ela envia os
1978 formulários para os produtores rurais que tem um nível de esclarecimento maior, até
1979 vou advogar aqui, eu sou um desses que sou pesquisado, por isso eu recebi essa cartilha,
1980 esse, esse anuário, e depois então, eles fazem uma tabulação dessa posição dos
1981 produtores rurais do Brasil. Assim como também saiu aqui uma pesquisa muito
1982 interessante com relação ao crédito dado ao Pronafe, é uma surpresa muito grande que
1983 na realidade os que mais, o pessoal do governo Lula hoje, diz que a, os pequenos
1984 agricultores são responsáveis por 80 e tanto por cento da produção agrícola, o que não é
1985 a verdade constatado pela USP ou Getúlio Vargas se não me falha a memória, e os que
1986 mais produzem estão fora do crédito, estas são as distorções que tem no Brasil
1987 atualmente. **Rogério Noce Rocha - Superintendente de Política Ambiental da**
1988 **Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável** - obrigado
1989 Afonso, Leonardo. **Leonardo Castro Maia – Procuradoria Geral de Justiça (PGJ)** -
1990 - senhores, só um convite, dia 06 agora, é segunda-feira, na Fadvale, vai ter um evento
1991 sobre o Direito Ambiental, então eu me esqueci de convidá-los, quem estiver lá, às
1992 07:00 horas da noite, um evento na Fadvale, ta, sobre o meio ambiente, vai ser
1993 discutido o processo ambiental e tudo mais. **Rogério Noce Rocha - Superintendente**
1994 **de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente Desenvolvimento**
1995 **Sustentável** – ok, obrigado, Gustavo. **Gustavo de Paula de Souza – Secretário de**
1996 **Serviços Urbanos e Meio Ambiente de Ipatinga** - aproveitando pra convidar também,
1997 dia 05, no Parque Ipanema, a partir das 09:00 horas da manhã é a comemoração do dia
1998 do meio ambiente. **ITEM 12 – Encerramento. Rogério Noce Rocha -**
1999 **Superintendente de Política Ambiental da Secretaria de Estado Meio Ambiente**
2000 **Desenvolvimento Sustentável** – ok, bom, o gente, do ponto de vista de assuntos
2001 gerais, alguém mais quer falar? Ok. Eu gostaria, ao agradecer, passar a palavra pra
2002 Suzana, pra ela fechar os agradecimentos, nossos, que são muitos, a cidade de Aimorés,
2003 o local onde nós realizamos aqui, que é a associação comercial, que foi gentilmente
2004 cedida aqui, um espaço agradável, né, a despeito do zum, zum, zum, né, pedir desculpa
2005 pelo horário que nós colocamos ao nosso início de reunião, que foi 03 horas, mas esse
2006 foi por motivos óbvio que já foi colocado aqui no começo, agradecer né, exatamente a
2007 turma, a todo mundo do NARC que aqui compareceu, aos nossos apoios que são sempre
2008 louváveis em relação ao nosso aspecto itinerante, e a vocês conselheiros né, pelo caráter
2009 de desprendimento que nós temos aqui, agradeço realmente a presença de todos da
2010 cidade de Aimorés, convido-os para a próxima reunião lá em, em São Domingos do
2011 Prata, né, e é isso, e eu gostaria de passar a palavra para a Suzana, Suzana. **Suzana –**
2012 **NARC/ Leste Mineiro** – é, nós gostaríamos de agradecer o apoio do prefeito Nilton



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Secretaria Executiva do COPAM

2013 Freire, Lupércio, pela organização da reunião, Márcio Maia e Adriana, na UEH-
2014 Aimorés e convidar pra curta apresentação do cantor Fernando, músicas regionais, da
2015 cidade de Aimorés, obrigada. **Fernando – cantor** – música regional.

Rogério Noce Rocha _____
Walter Luiz Bianor Alencar _____
Tiago Teixeira Dornas _____
João Alves Filho _____
Leonardo Castro Maia _____
Major Március Túlio Amaral Pereira _____
José Joaquim de Castro Freitas Pereira _____
Gustavo de Paula de Souza _____
Riler Tadim dos Santos _____
Nilton Freire Sampaio _____
Lupércio Syvestheer Bruno José Tavares de Castro _____
Marco Antônio Astolfi Diniz Rodrigues _____
Afonso Luiz Bretas _____
Raimundo Rodrigues Pereira _____
Afonso Aparecido dos Santos _____
Isaques Luzia Neves _____
Franklin Otávio Coelho Mendonça _____
Waleska Bretas Armond Mendes _____
Alba Valéria da Silva _____
Elaine Maria de Oliveira _____